

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Lei Estadual nº 5.208, de 1º de julho de 1986 e
Decreto Estadual nº 25.952, de 29 de setembro de 1986

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2022

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Instrução 01/2020

- I. APRESENTAÇÃO**
- II. ÁREAS SOB GESTÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL**
- III. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2022**
 - 1. CONCESSÕES DE ÁREAS DE USO PÚBLICO**
 - 1.1. Concessão do Parque Estadual Cantareira
 - 1.2. Projeto de Parcerias em Parques do Mosaico de Paranapiacaba
 - 1.3. Proposta de Concessão de Uso Público no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR
 - 2. USO PÚBLICO**
 - 2.1. Termos de Autorizações de Uso
 - 2.2. Termos de Permissões de Uso
 - 2.3. Portarias Normativas que regulamentam atividades de Uso Público
 - 2.4. Parques Inclusivos
 - 3. PARQUES-MODELO / OBRAS E INFRAESTRUTURA**
 - 3.1. Parque Estadual Morro do Diabo
 - 3.2. Casa de Farinha - Núcleo Picinguaba / Parque Estadual Serra do Mar
 - 3.3. Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade
 - 3.4. Revitalização de trilhas
 - 3.5. Concessões / Caminhos do Mar
 - 4. PROTEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO**
 - 4.1. Sistema Integrado de Monitoramento
 - 4.2. Vigilância Terceirizada e APP Patrulha de UCs
 - 4.3. Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar / DEJEM-UC
 - 4.4. Monitoramento Aéreo
 - 4.5. Operação Cachoeira (cabeças d'água)
 - 4.6. Operação Corta-Fogo
 - 5. PLANOS DE MANEJO**
 - 6. PROJETO CONEXÃO MATA ATLÂNTICA**
 - 7. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
 - 7.1. Programa de Educação Ambiental (PEA/FF)
 - 7.2. Públicos atendidos em ações de educação ambiental nas Unidades de Conservação
 - 7.3. Projeto de Formação de Monitores Ambientais Autônomos
 - 7.4. Projeto Biota / Fapesp / SIMA
 - 8. RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁREAS DEGRADADAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**
 - 9. PROGRAMA RPPN PAULISTAS**
 - 9.1. Criação de RPPNs
 - 9.2. Planos de Manejo de RPPNs
 - 9.3. Projeto de Crédito Ambiental Paulista para as RPPNs
 - 9.4. Operação Corta Fogo / RPPN
 - 10. ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

- 11. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**
 - 11.1. Áreas inseridas em Unidades de Conservação para compensação de reserva legal ou supressão de vegetação
 - 11.2. Georreferenciamento de Unidades de Conservação
 - 11.3. Redefinição Limites das Unidades de Conservação do Mosaico do Jacupiranga
- 12. CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**
- 13. CONSELHOS GESTORES**
- 14. PROJETOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**
 - 14.1. Projeto-Piloto de Monitoramento de mamíferos de médio e grande porte
 - 14.2. Projeto-Piloto de Monitoramento e Controle do Javali
 - 14.3. Polinizadores – Conservação de Abelhas Nativas
 - 14.4. Repovoamento de Palmeira-Juçara
 - 14.5. Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Lixo no Mar
 - 14.6. Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Guardiões das Florestas
- 15. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**
 - 15.1. Assessoria de Imprensa
 - 15.2. Site
 - 15.3. Redes Sociais
- 16. PRODUÇÃO FLORESTAL**
 - 16.1. Inventário Florestal
 - 16.2. Manejo e replantio nas áreas de produção
- 17. SUPORTE ADMINISTRATIVO**
 - 17.1. Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 17.2. Frota
 - 17.3. Protocolo – Projeto Arquivístico
 - 17.4. Suporte a demandas diversas
- 18. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
 - 18.1. Receitas
 - 18.2. Despesa – Execução Orçamentária e Financeira
 - 18.3. Licitações

ANEXO 01 - Unidades de Conservação e Áreas de Pesquisa / Produção sob gestão da Fundação Florestal

I. APRESENTAÇÃO

A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FUNDAÇÃO FLORESTAL - FF), vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, sediada à Avenida Professor Frederico Herman Júnior, 345 – Altos de Pinheiros, São Paulo, apresenta o Relatório de Atividades referente ao exercício de 2022.

A Fundação Florestal foi criada em 1986 com a missão de contribuir para a conservação, o manejo e a ampliação das florestas de produção e das Unidades de Conservação Estaduais.

Com esse fim, apoia, promove e executa ações integradas voltadas para a conservação ambiental, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a recuperação de áreas degradadas e o reflorestamento de locais ambientalmente vulneráveis, realizando parcerias com órgãos governamentais e instituições da sociedade civil.

Nos últimos 12 meses, a Fundação Florestal consolidou suas diretrizes de gestão. Os processos, as rotinas, a infraestrutura, os projetos, as políticas públicas e os resultados concretos apresentados neste relatório são o reflexo de tais diretrizes, que vinham sendo intensificadas ano a ano:

- Unidades de Conservação como ativos ambientais, sociais, culturais e econômicos para o desenvolvimento regional e inclusão social;
- Sustentabilidade financeira;
- Inovação e transparência;
- Capacitação e valorização das equipes;
- Parcerias público-privadas, público-comunitárias e institucionais, e
- Desburocratização e atuação focada, integrada e sinérgica.

A implementação das políticas de conservação e de manejo de áreas protegidas faz uso de mecanismos e de estratégias bem definidos, tais como:

- Elaboração e implementação de planejamento estratégico, definição de projetos prioritários e acompanhamento quinzenal integrado com a alta direção;
- Parcerias: concessões, permissões, autorizações de uso, doações e patrocínios;
- Política de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA;
- Mercado de carbono - Restauração de REDD+ (em construção);
- Venda de madeira e resina - Inovação na gestão de áreas de produção florestal;
- Ações de monitoramento e manejo da biodiversidade;
- Aplicação de receitas próprias e recursos de Compensação Ambiental em ações estruturantes e estratégicas; e
- Transformação digital.

II. ÁREAS SOB GESTÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL

A Fundação Florestal administra **151** unidades, que somam cerca de 4,7 milhões de hectares, nos domínios do Cerrado, Mata Atlântica e ambiente marinho, representando 18,9% do território do Estado de São Paulo.

Algumas das áreas se enquadram como Unidades de Conservação (**119**), integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Outras não são enquadradas como Unidades de Conservação, são Áreas Protegidas de Produção Florestal (**32**), tais como: florestas de produção florestal, estações experimentais, hortos florestais e viveiros florestais.

O número de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas sob gestão da Fundação Florestal em 2022, bem como suas categorias, pode ser verificado na tabela a seguir.

151 ÁREAS SOB GESTÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL (4.696.370 hectares)		
119 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (4.662.207 hectares)		32 ÁREAS DE PRODUÇÃO E PESQUISA (34.163 hectares)
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	ÁREAS DE PRODUÇÃO E PESQUISA
66 UNIDADES (951.224 hectares)	53 UNIDADES (3.710.983 hectares)	32 UNIDADES (34.163 hectares)
34 Parques Estaduais (814.769 hectares)	33 Áreas de Proteção Ambiental (3.660.999 hectares)	18 Estações Experimentais (23.506 hectares)
25 Estações Ecológicas (116.594 hectares)	07 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (18.201 hectares)	11 Florestas (10.625 hectares)
03 Monumentos Naturais (16.814 hectares)	06 Florestas Estaduais (7.381 hectares)	02 Viveiros Florestais (20 hectares)
02 Reservas Biológicas (842 hectares)	05 Áreas de Relevante Interesse Ecológico (16.611 hectares)	01 Horto Florestal (12 hectares)
02 Refúgios da Vida Silvestre (2.205 hectares)	02 Reservas Extrativistas (2.791 hectares)	

III. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2022

1. CONCESSÕES DE ÁREAS DE USO PÚBLICO

1.1. Concessão do Parque Estadual Cantareira

A concessão combina os parques estaduais Cantareira e Alberto Loefgren, conhecido também como Horto Florestal e que estava sob gestão da antiga Coordenadoria de Parques Urbanos. Sendo parques vizinhos e conectados por suas áreas naturais, a integração deverá otimizar seus respectivos potenciais de visitação e serviços.

Operando desde abril de 2022, a empresa **Urbia** deverá realizar um investimento total de R\$ 56 milhões ao longo dos 30 anos de contrato.

No Parque Estadual Cantareira, a proposta é aproveitar seu potencial para o ecoturismo, criando um polo de turismo de aventura, com atividades como arvorismo, trilhas para caminhada e ciclismo, acesso a cachoeiras, conexão entre diferentes núcleos do parque e melhorias na estrutura de visitação. A área de concessão compreende 2,8% de toda a extensão do parque, abrangendo os núcleos Pedra Grande, Engordador e Águas Claras.

Os primeiros meses da concessão foram dedicados à organização e formação de equipes, melhorias básicas e planejamento das futuras implementações. É bastante perceptível a melhora na manutenção e organização da visitação.

1.2. Projeto de Parcerias em Parques do Mosaico de Paranapiacaba

O Mosaico de Paranapiacaba está localizado na região do Vale do Ribeira, sul do estado de São Paulo. É composto por algumas Unidades de Conservação de diferentes categorias. São milhares de hectares de Mata Atlântica e bacias hidrográficas protegidos, sendo que o contínuo florestal também se conecta com o litoral sul do estado, que, por sua vez, protege ecossistemas terrestres, costeiros e lacustres.

Os estudos para a concessão de áreas de uso público de três unidades no Mosaico de Paranapiacaba, em andamento, tiveram como objetivo avaliar cenários onde poderiam ser estabelecidas combinações de parques ou núcleos, promovendo a sinergia entre unidades, equipamentos e roteiros. Os estudos indicaram diferentes resultados de viabilidade econômica e as escutas de mercado trouxeram importantes contribuições para as etapas que se sucederam. A estruturação da proposta inclui a maior trilha de longo percurso do estado de São Paulo, conectando diversas bases e as sedes dos três parques. O turismo de aventura também será viabilizado com a exploração das mais belas cavernas, cachoeiras e florestas, onde o visitante poderá desfrutar do contato próximo com a natureza e seus encantos, seja pela observação de aves, de primatas e, até mesmo, de grandes felinos.

O objetivo central é fomentar a economia por meio do ecoturismo, de forma a despertar a consciência ambiental no visitante, internalizando a rica cultura local do Vale do Ribeira e de suas comunidades tradicionais, garantindo que os três parques tenham importante papel de geração de renda aos municípios e à população da região.

A primeira etapa de estudos indicou que a extensão do território poderia inviabilizar a proposta de concessão única para os três parques ou mesmo para combinações entre eles. Os resultados das simulações econômico-financeiras também não se mostram favoráveis nos cenários combinados. Por fim, operadores de concessões e empresas de turismo ouvidas no processo também demonstraram que é importante valorizar os parques individualmente. Através desses resultados, foi possível definir e escalonar etapas do projeto, iniciando com a concessão do PETAR, seguido pela concessão do P.E. Intervalos e posteriormente realizar permissões de uso para o P.E. Carlos Botelho. Para as etapas seguintes, as secretarias estaduais de Turismo (Setur) e de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima) e a Fundação Florestal juntaram esforços e disponibilizaram a equipe técnica da Fundação Instituto de Administração (FIA).

1.3. Proposta de Concessão de Uso Público no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR

Ao longo do ano a proposta de concessão no PETAR foi apresentada e debatida junto às comunidades tradicionais do entorno. Foram realizadas novas reuniões com os Quilombos de Maria Rosa, Quilombo de Bombas, Quilombo Cangume, Quilombo Porto Velho e Comunidade Cabocla de Ribeirão dos Camargos.

O Protocolo de Consulta foi construído de forma específica com cada comunidade de forma a construir um processo de consulta livre e informada, nos termos da Convenção 169 da OIT. As datas e locais das reuniões foram definidas em comum acordo com as Comunidades, com o objetivo de atingir o público da melhor forma possível.

Na primeira etapa da consulta foram realizados encontros nas seguintes comunidades:

- Quilombo Maria Rosa - 13/05/2022
- Quilombo de Bombas - 21/05/2022
- Quilombo Cangume - 25/05/2022
- Quilombo Porto Velho - 26/06/2022
- Comunidade Cabocla de Ribeirão dos Camargos - 30/06/2022
- Quilombo Pilões – 29/09/2022
- Quilombo Praia Grande – 05/10/2022
- Quilombo Ivaporunduva - 25/10/2022·Quilombo Ivaporunduva - 26/10/2022

Nas apresentações procurou-se utilizar termos e linguagens simples, para que todos os participantes tivessem clareza de informação, utilizaram-se recursos de apresentação compatíveis com as localidades.

Esse processo vem possibilitando o melhor entendimento sobre o nível de impacto, positivo ou negativo, que a proposta de concessão pode imputar às comunidades. Conta com a participação da EAACONE, ISA, Defensoria Pública e Ministério Público Federal.

O projeto proposto para a concessão, foi norteado por estudos técnicos e econômico-financeiros realizados pela Fundação Florestal e pela Fundação Instituto de Administração - FIA. Os Núcleos Santana, Ouro Grosso e Caboclos foram avaliados com as principais áreas a serem exploradas. A proposta em preparação indica a revitalização da principal área de visitação do parque, o Núcleo Santana. Já no Ouro Grosso, vislumbra-se a possibilidade de promover maior integração com o bairro da Serra, no município de Iporanga, por meio do aproveitamento de edificações para a implantação de um novo equipamento de serviços, cultura e ciência. Na área do Núcleo Caboclos, o potencial para atividades é muito amplo. O núcleo está posicionado no centro da unidade e permite acesso a muitas trilhas, cachoeiras, mirantes e cavernas. Atividades como ciclismo, escalada e trilhas de longa duração podem ser realizadas nessa região, sendo necessário que serviços de alimentação e hospedagem se estruturam no local. Também estão sendo previstas melhorias nos sistemas de abastecimento e tratamento de água, implementação de sistemas de tratamento de esgoto e soluções de geração de energia nos locais onde não há fornecimento.

2. USO PÚBLICO

2.1. Termos de Autorizações de Uso

A Fundação Florestal trabalhou em mais de 20 projetos para formalização de Termos de Autorização de Uso, modalidade de parceria que diversifica as atividades de turismo de aventura nas Unidades de Conservação, bem como fomenta o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno.

As autorizações de uso firmadas em 2022 são:

PE Marinho Laje de Santos	MERGULHO AUTÔNOMO
PESM – Itutinga Pilões.	MONITORIA AMBIENTAL NAS TRILHAS: POÇO FORMOSO, MIRANTE, CACHOEIRA ESCONDIDA E PEDRA LISA
PESM – Padre Dória	ATIVIDADE COMERCIAL DE RAPEL NA CACHOEIRA POÇO BONITO E PEDRA FURADA
PESM – Santa Virgínia	RAFTING NO RIO PARAIBUNA
PETAR – Ouro Grosso	ESPELEOTURISMO VERTICAL NA CAVERNA OURO GROSSO NO ROTEIRO CACHOEIRA DO CÉU E NA CAVERNA ÁGUA SUJA (SALÃO DO GOLFINHO)
PETAR - Santana	MONITORIA AMBIENTAL NO ROTEIRO NOTURNO - NÚCLEO SANTANA
PETAR	CASCADING NA CACHOEIRA DAS ARAPONGAS
PETAR	ATIVIDADES COMERCIAIS DE “DUCKING” (CAIAQUE INFLÁVEL), CAIAQUISMO (CAIAQUE RÍGIDO) E ACQUA-RIDE NO RIO BETARI

2.2. Termos de Permissões de Uso

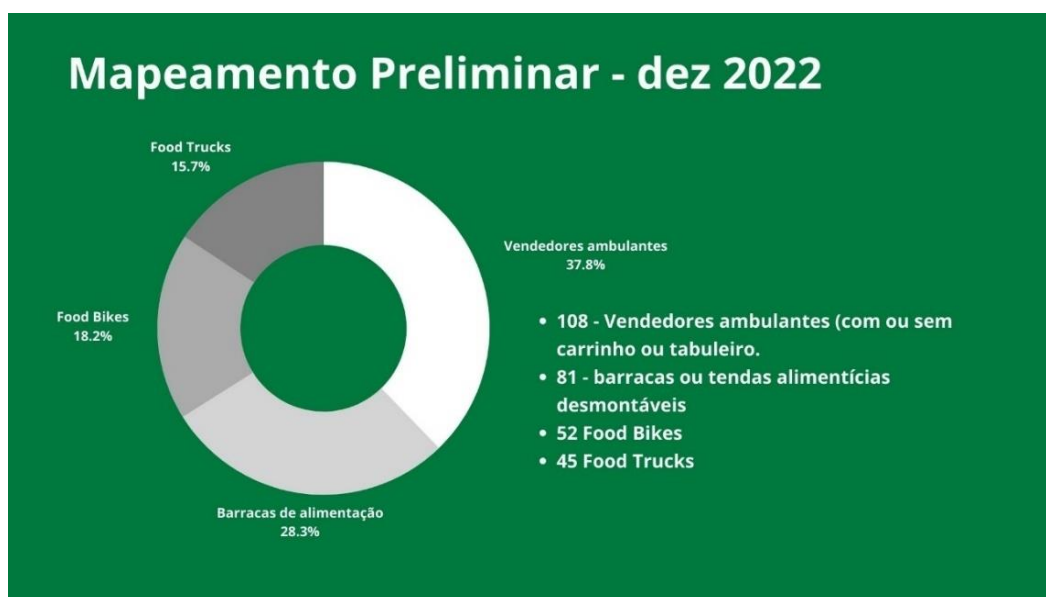
A fim de aprimorar os serviços de apoio ao Uso Público nas Unidades de Conservação, a Fundação Florestal deu continuidade ao longo do ano de 2022 em mais de 10 processos para formalização de Termos de Permissão de Uso, modalidade de Parceria voltada para pequenos e médios empresários do ramo de hospedagem, alimentação e outros serviços.

O reconhecimento por parte do Estado da capacidade e da expertise do *trade* turístico regional é fundamental para a melhoria contínua da qualidade dos serviços oferecidos nos parques e demais áreas. Desta forma, por meio das Permissões de Uso, a FF promove o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno, criando oportunidades de empreender e gerando empregos, com destaque para o mecanismo de obrigatoriedade de contratação de, no mínimo, 70% de mão de obra local, constante dos Termos de Permissão assinados entre FF e empresas. Além de alavancar a economia local, o permissionamento também traz desoneração operacional e econômica à Fundação Florestal.

Unidades de Conservação com processos em andamento

PE Ilha Anchieta	Serviços de hospedagem, alimentação e loja de souvenirs
PE Itinguçu	Serviços de hospedagem, alimentação e loja de souvenirs
PE Jaraguá	Serviços de alimentação e loja de souvenirs
PE Intervalles	Serviço de alimentação e loja de souvenirs
PE Caverna do Diabo	Serviço de alimentação e loja de souvenirs
PESM - Cunha	Serviços de hospedagem, alimentação e loja de souvenirs
PESM - Picinguaba	Serviços de hospedagem, alimentação e loja de souvenirs

Em dezembro de 2022, foi iniciado um mapeamento das Unidades de Conservação com disponibilidade para serviços de alimentação, visando firmar futuros Termos de Permissão de Uso.



2.3. Portarias Normativas que regulamentam atividades de Uso Público

No ano de 2022, foi realizado grande esforço para modernização das normas que regulamentam as atividades de Uso público, tendo sido publicadas as seguintes portarias normativas:

- Portaria Normativa FF 345/2022, dispõe sobre a atividade de rafting, ducking, boiacross e canoagem nas Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal;
- Portaria Normativa FF/DE 347/2022, estabelece frequência operacional para a atividade no Rio Paraibuna;
- Portaria Normativa FF 354/2022, dispõe sobre a atividade de mergulho autônomo nas Unidades de Conservação sob administração da Fundação Florestal;
- Portaria Normativa FF/DE nº 359 /2022, dispõe sobre cobrança de ingressos, serviços e utilização de dependências e equipamentos em Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal;
- Portaria Normativa FF/DE nº 363/2022, dispõe sobre regulamentação para produções audiovisuais e/ou fotográficas (vídeos e fotos), nas Unidades de Conservação sob administração da Fundação Florestal;
- Portaria Normativa FF/DE nº 367/2022, dispõe sobre a atividade de ciclotrilha na Estrada – Rio Pardo/Limeira no interior do Parque Estadual Serra do Mar, núcleos Padre Dória, São Sebastião e Caraguatatuba, estabelecendo critérios e procedimentos administrativos para a travessia;
- Portaria Normativa FF/DE nº 368/2022, dispõe sobre a prática de modalidades de campismo (camping) e caravanismo em Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal.

2.4. Parques Inclusivos

Dentre suas atribuições de políticas públicas, a Fundação Florestal tem o objetivo de aumentar os atrativos inclusivos nas Unidades de Conservação sob sua administração. Por isso, nos últimos três anos, investiu em capacitação, equipamentos, parcerias e campanhas de divulgação para atender às pessoas com deficiência (PcDs), seus amigos e familiares.

Em setembro de 2021 a FF recebeu 45 cadeiras de trilhas acessíveis da marca Julietti que permanecem em pontos estratégicos e de fácil acesso dentro dos parques, especialmente preparados para acomodar as cadeiras, onde ficam à disposição das pessoas com deficiência. Junto às entregas das cadeiras, foram realizadas capacitações práticas das equipes nas próprias unidades contempladas. O treinamento foi dividido em dois módulos: o primeiro, sobre atendimento ao público de pessoas com deficiência e o segundo, com foco no treinamento e na prática com as cadeiras. Essa vivência tem se mostrado importante e transformadora ao preparar as equipes para acolher pessoas com deficiência.

Dentre outros importantes marcos, em 2022 recebemos o título de “Primeira Caverna Acessível do Estado de São Paulo”, outorgado pelo Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas ao PE Caverna do Diabo.

3. PARQUES-MODELO / OBRAS E INFRAESTRUTURA

3.1. Parque Estadual Morro do Diabo

O ano de 2022 foi marcado no projeto dos parques-modelo da Fundação Florestal pela entrega de mais uma obra de revitalização total de uma área de Uso Público de uma Unidade de Conservação paulista, neste caso, o Parque Estadual Morro do Diabo - PEMD localizado na região do Pontal do Paranapanema, Oeste do Estado.

As reformas e adequações somaram investimentos na ordem de grandeza de 6 milhões de reais, os quais foram capazes de conferir qualidade, funcionalidade e segurança a mais de 16 edificações, além das infraestruturas elétrica e hidráulica completamente refeitas. Ainda no que se refere aos benefícios oriundos deste contrato, foi reformulada a Trilha do Barreiro da Anta, um percurso acessível, elevado do solo, que permite a passagem e vivência dos visitantes em meio ao habitat natural do maior mamífero terrestre do Brasil que, não raramente, é visto hidratando-se nos acúmulos de água sob a passarela.

Dentre as edificações citadas, a obra entregou a reforma integral de hospedaria, dois alojamentos de quartos familiares, centro de apoio às atividades de camping e caravanismo, edificação de apoio às atividades de pesquisa, centro de apoio às atividades da operação corta-fogo, museu e lanchonete, barracão de uso misto com apoio à gestão da UC, viveiro, guarita, quiosques e área de recreação infantil. Foram mais de 1.500 m² de espaços renovados para o correto desenvolvimento das atividades geridas pela Fundação Florestal, trazendo, também, a possibilidade de interesse de prováveis permissionários que possam operar equipamentos como a lanchonete e as hospedarias.

Em consonância à entrega de equipamentos funcionais, todas as edificações tiveram seus sistemas de tratamento de efluentes refeitos, a partir de conjunto de biodigestores que atendem às legislações vigentes e requerem baixa manutenção. Um dos principais ganhos para a UC foi a reformulação de sua distribuição de energia elétrica que, apesar de ser cabeada e com apoio da concessionária local, já restava obsoleta e sem atendimento às normas vigentes. Foram mais de 50 postes refeitos e 1 quilômetro de cabos substituídos, valendo-se do mesmo encaminhamento para alimentação das edificações com fibra ótica, a fim de modernizar o sistema de dados do local.

3.2. Casa de Farinha – Núcleo Picinguaba / Parque Estadual Serra do Mar

Realizada a revitalização do conjunto da Casa da Farinha, localizado no Quilombo do Sertão da Fazenda no PESH Núcleo Picinguaba.

A obra foi realizada a partir de Projeto; criado a partir de vistorias conjuntas com a comunidade quilombola; oportunidade em que puderam expor à equipe da FF suas necessidades e anseios para a revitalização das edificações e equipamentos. Após as definições em projeto e com a contratação da empresa executora, a obra foi acompanhada por equipes da FF e representantes da comunidade, o que permitiu o avanço dos trabalhos sempre no sentido de atender às expectativas dos usuários finais que eram os quilombolas.

O projeto teve como partido principal, a restauração das informações e tipologias históricas presentes no local somado à modernização de infraestruturas auxiliares que pudessem aprimorar o desenvolvimento do turismo de base comunitária desenvolvido pelos tradicionais.

A obra entregou a Casa da Farinha com toda a sua estrutura revitalizada, refazimento integral da cobertura, recuperação da roda d'água histórica, refazimento de trechos em taipa danificados ou comprometidos por fungos, mantendo a técnica tradicional, nova entrada de energia e distribuição atendendo às normativas, adequação do sistema de tratamento de esgoto, reforma da cozinha do restaurante, nova área de apoio de churrasqueira, forno e fogão à lenha para desenvolvimento de culinária tradicional, nova proposta de luminotécnica para exploração do uso noturno no local, construção de Centro Comunitário de apoio às reuniões, encontros, exposições e festividades da comunidade, revitalização da antiga caldeira incorporando-a ao projeto, implantação de acessibilidade no acesso e nas instalações dos sanitários, recuperação do antiga moenda de pedra, criando mais um equipamento expositivo de contação da história tradicional e de apoio à educação ambiental, execução de novos guarda-corpos de aumento da segurança aos usuários e visitantes, execução de passeios e acessos criando fluidez e permeabilidade entre os equipamentos.

3.3. Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade

Durante o exercício também foi elaborado projeto de revitalização da FEENA, compreendendo proposta de refazimento de todas as infraestruturas elétrica, água e esgoto da unidade. Além destas atividades o escopo desenhado prevê o restauro conservativo do Museu do Eucalipto, edificação tombada pelo CONDEPHAAT, junto a manutenções também de cunho histórico em edificações como o Solar Edmundo Navarro de Andrade e na edificação que atende ao uso de alojamento para apoio à gestão e às pesquisas desenvolvidas na Floresta.

O trabalho contou com iniciativa integrada entre a prefeitura municipal e o Ministério Público, com reunião conjunta que definiu os parâmetros norteadores do trabalho realizado pela FF. O projeto, que foi valorado em aproximadamente R\$ 3,6 milhões, foi submetido à apreciação da Câmara de Compensação Ambiental, tendo sido aprovado em sua 108ª reunião. Após aprovação dos valores foi realizado o certame licitatório e homologada a licitação que contou com empresa vencedora apta à assinatura de contrato para 2023.

3.4. Revitalização de trilhas

Outro importante foi a elaboração de documentos técnicos para compor edital visando à contratação de obras de melhorias em trilhas de unidades sob gestão da Fundação Florestal. Os documentos propuseram metodologia de valoração de equipamentos facilitadores complementados por memoriais e desenhos específicos de cada tipologia. O conjunto de informações técnicas permitiu que a gestão das unidades emitisse levantamentos de campo, apontando a necessidade de correção e melhoria de cada ponto das principais trilhas de uso público. Com estes mapeamentos os documentos geravam valores, planilhas e cronogramas de forma automatizada.

Este trabalho de gestão de informações possibilitou um projeto que abarcasse 28 unidades, mais de 57 trilhas e um total de 150 quilômetros aptos à revitalização. Os projetos também foram integrados a Plano de Trabalho submetido e aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental, em sua reunião de número 104. Dentro do mesmo ano, a licitação foi realizada e as empresas contratadas para realizar o escopo que foi dividido em 09 lotes.

3.5. Concessões / Caminhos do Mar

Paralelamente às atividades de criação de soluções e elaboração de documentos técnicos, a FF atuou de forma próxima às concessões estabelecidas por contratos junto à SEMIL e FF para os Parques Estaduais Campos do Jordão, Itutinga Pilões – Caminhos do Mar e Cantareira.

Destes, destaca-se o trabalho do Caminhos do Mar, que envolve o acompanhamento e fiscalização das obras de restauro do conjunto de monumentos do local, o qual entrou como uma obrigatoriedade de cumprimento pela concessionária e o Projeto Executivo foi fornecido pela Fundação Florestal a partir de contratação anterior da instituição. A equipe técnica atua de forma a garantir que todos os parâmetros sejam atendidos e que sejam entregues obras com qualidade e funcionalidade compatíveis à relevância que os monumentos e edificações possuem por se tratarem de marcos da época do Brasil Colônia. Agrega-se à relevância do trabalho a comemoração do bicentenário da independência do Brasil que aconteceu no 07 de setembro deste período, quando foi possível entregar a edificação “Pouso de Paranapiacaba” que serviu de palco para as festividades e de oferta de serviços aos visitantes depois de muitos anos em que esteve fechada.

4. PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1. Sistema Integrado de Monitoramento

Após o primeiro ano de vigência da Portaria Normativa FF/DE 326/2020 (instituiu os documentos oficiais de registro e controle de ações de proteção e fiscalização das UCs), em que ocorreu a transição e internalização das mudanças metodológicas, em 2022 os

avanços ocasionados por essa mudança de sistema e procedimentos ficaram ainda mais claros, marcando novo ciclo institucional no trabalho com proteção e fiscalização. Este novo ciclo tem como destaques a série histórica de um ano completo no banco de dados georreferenciados, gerado automaticamente a partir dos registros online de ações e ocorrências, procedimentos e enquadramentos padronizados, e prazos bem definidos. Os resultados desta série histórica favorecem diariamente a retroalimentação do planejamento estratégico da fiscalização.

No primeiro semestre de 2022, através do banco de dados georreferenciados, foram desenvolvidos Painéis de Controle Gerencial (Dashboards). Tal ferramenta facilita o acompanhamento dos documentos gerados, oferecendo visualização instantânea, dinâmica e interativa, com mapas temáticos e gráficos.

Desta forma, durante 2022, foram registradas 31.821 ações de fiscalização e 1.076 ocorrências em Áreas Protegidas sob a gestão da Fundação Florestal.

Das ocorrências, temos 991 ambientais e 85 não ambientais. Dentre as ambientais, destacam-se as infrações contra a flora (364 registros), as categorizadas na seção de infrações às Unidades de Conservação (318 registros) e as infrações a fauna (179 registros).

4.2. Vigilância Terceirizada e APP Patrulha de UCs

Nos últimos anos, a Fundação Florestal dedicou esforços para análise, revisão e reestruturação com inovação dos contratos de vigilância terceirizada nas Áreas Protegidas, visando maior efetividade e economicidade dos recursos públicos. Atualmente, com a inclusão das Áreas Protegidas oriundas do Instituto Florestal e Instituto de Botânica, o contingente é de 216 postos de vigilância terceirizada, para atendimento de 88 Áreas Protegidas – sendo 22 delas, através das Áreas de Serviço Integrado.

Em 2022, o App Patrulha de UCs, aplicativo para registro georreferenciado das rotas percorridas pelas equipes, completou um ano de amplo uso. O aplicativo vem permitindo o acompanhamento das equipes em campo e a inserção dessas rotas percorridas nos documentos oficiais de fiscalização da Fundação Florestal.

4.3. Diária Especial por Jornada de Trabalho da Polícia Militar - DEJEM-UC

Em julho de 2022, encerrou-se o convênio entre a Secretaria do Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Fundação Florestal, que autorizava as Diárias Especiais por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar em Unidades de Conservação (DEJEM-UC).

Durante o último semestre de vigência do convênio (jan-jul/22), foram promovidas 4.489 operações extraordinárias, totalizando 11.581 diárias pagas a policiais militares voluntários, destinadas a proteção e fiscalização de 42 Unidades de Conservação.

4.4. Monitoramento Aéreo

Desde a incorporação da tecnologia de drones, entre 2018 e 2019, a Fundação Florestal já conta com 17 (dezessete) DJI Phantom 4, 03 (três) DJI Matrice 200 com câmera termal ZenMuse XT2 e 01 (um) Mavic 2 Zoom.

Considerando as positivas experiências com o uso dos equipamentos e visando o melhor atendimento das ocorrências de incêndios e do programa de monitoramento da fauna, a frota institucional foi ampliada, com a aquisição de 09 (nove) Mavic 2 Enterprise Advanced – o modelo conta com câmera termal e módulos de alto-falante, farol, holofote e RTK (ferramenta Posicionamento Cinemático em Tempo-Real, para realização de mapeamento de precisão).

Em 2022, foram solicitadas e aprovadas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), através do novo sistema de Solicitação de Acesso de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARPAS NG), 105 operações com drones em apoio ao monitoramento, proteção, fiscalização e gestão das Áreas Protegidas.

4.5. Operação Cachoeira (cabeças d'água)

A Fundação Florestal, em parceria com a Defesa Civil, desenvolveu um procedimento de avaliação de risco climático em áreas de Uso Público historicamente perigosas, componente do Sistemas de Gestão de Segurança (SGS) dos atrativos turísticos.

A partir dos Boletins Especiais Meteorológicos ou dos Avisos de Risco emitidos pela Defesa Civil, assim como do acompanhamento constante da previsão do tempo pela equipe da FF, informes com orientações são encaminhados às equipes.

Tal monitoramento e estabelecimento de fluxo, permitem a organização prévia das equipes locais diante eventos climáticos extremos, aumentando a capacidade de resposta e tornando-a mais rápida e efetiva.

4.6. Operação Corta-Fogo

A Fundação Florestal atendeu a 105 ocorrências de incêndios florestais em 2022, somando 7.228,70 hectares queimados em Unidades de Conservação ou Produção Florestal e Zonas de Amortecimento, conforme registros oficiais do Programa Operação Corta-Fogo. Desse total, foram 739,37 hectares dentro de unidades e 6.489,33 hectares fora das unidades, onde também foi realizado o combate para evitar prejuízos ainda maiores às unidades.

Destacamos que em 2022, diferente dos anos anteriores, o período de estiagem foi menos intenso, apesar de ainda ter períodos prolongados de seca e calor, houve momentos com alta pluviosidade, o que contribuiu para a diminuição do número de ocorrências e áreas atingidas.

A Fundação Florestal permanece investindo para que os danos sejam minimizados. Foram adquiridos ou contratados:

- 100 “kits brigadista”, contendo Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes para funcionários, visando segurança e mínimo conforto nesta atividade perigosa e extenuante, sendo: uma camiseta amarela, uma calça, uma gandola e um par de botas com tratamento anti-chama, uma máscara, dois pares de luvas, uma balaclava, óculos de proteção e um capacete;
- 12 kits de tanques d’água com motobomba para veículos, visando dar o primeiro combate com agilidade buscando minimizar a propagação do incêndio;
- Contratação de 54 postos temporários de bombeiros civis para o período de intensificação da estiagem, num valor investido de R\$ 4,5 milhões, sendo 18 equipes de 3 postos de bombeiros civis cada, em turnos de 12 horas diárias. Nestas equipes estão previstos um veículo 4x4 com kit motobomba e outros equipamentos de combate e proteção individual para o bom desempenho dos trabalhos. É importante destacar que as equipes estão sediadas em unidades específicas, mas seus trabalhos são realizados em todo o Polo Regional (Resolução SIMA 12/2020), podendo em casos excepcionais se deslocar entre Polos. Ou seja, as equipes cobrem todas as unidades da Operação Corta-Fogo;
- Um milhão de metros quadrados de manutenção de aceiros e estradas;
- Contratação de Ata de Registro de Preços para serviços de combate a incêndios por aeronaves asa-fixa, que não precisaram ser utilizados devido a já mencionada menor severidade da estiagem.

Além disso, a FF realizou por meios próprios ou parceiros, 912 quilômetros de aceiros. Também capacitou 694 pessoas com treinamento de brigadistas, em eventos presenciais, de outras instituições públicas e privadas, ONGs, RPPNs, entre outros.

5. PLANOS DE MANEJO

O Plano de Manejo é um dos instrumentos estratégicos para a gestão das Unidades de Conservação geridas pela Fundação Florestal e pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL). Para atender o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e aumentar a eficiência, efetividade e celeridade dos processos de elaboração dos planos, foi criado o Comitê de Integração dos Planos de Manejo¹ (CIPM), que cumpre a missão de garantir a articulação institucional para produção de estudos e propostas de zoneamento e programas de gestão, a partir do Roteiro Metodológico para elaboração, revisão e implementação dos planos de manejo das Unidades de Conservação do estado de São Paulo.

¹ Composto por representantes da Fundação Florestal (FF), do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e das Coordenadorias de Fiscalização e Biodiversidade (CFB), Educação Ambiental (CEA) e Planejamento Ambiental (CPLA), sob supervisão do subsecretário de meio ambiente (Resolução SIMA n° 57/2022 e Portaria da Chefia de Gabinete n° 46/2022).

Em 2022, foram obtidos os seguintes resultados:

- quatro planos aprovados: APA Marinha do Litoral Norte (Decreto nº 66.823, de 07 de junho de 2022; EE Bananal (Resolução SIMA nº 053, de 14 de junho de 2022; ARIE São Sebastião (Resolução SIMA nº 55/2022, de 14 de junho de 2022) e EE Ibicatu (Resolução SIMA nº 77/2022, de 31 de agosto de 2022);
- quatro planos em aprovação no CONSEMA: PE Águas da Billings; APA Barreiro Rico, APA Tanquã – rio Piracicaba e APA Serra do Itapeti;
- dezesesseis planos em elaboração: EE Barreiro Rico, APA Ibitinga; 14 unidades do Mosaico Jacupiranga (PE Lagamar de Cananeia; RESEX Ilha do Tumba, RESEX Taquari, RDS Itapanhapima, PE Rio Turvo, RDS Barreiro Anhemas, RDS Quilombos de Barra do Turvo, RDS Lavras RDS Pinheirinhos, APA Rio Pardinho e Rio Vermelho, APA Planalto do Turvo, APA Cajati, PE Caverna do Diabo e APA Quilombos do Médio Ribeira).

Além disso, em 2022 destaca-se a publicação da 4ª edição do Roteiro Metodológico, publicada em novembro 2022, disponível para consulta no site da Fundação Florestal e da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente:

Roteiro metodológico 4ª Edição

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/publicacoes/>

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/planos-de-manejo/roteiro-metodologico/>

e no Portal para acesso do público interessado

<https://modal.cetesb.sp.gov.br/portal/index.php>

No ano 2022 foram realizados diversos processos participativos durante a elaboração e aprovação dos planos de manejo, que contaram com o envolvimento de diversos conselhos e atores locais, totalizando aproximadamente 6.778 participações locais.

6. CONEXÃO MATA ATLÂNTICA

O **Projeto Recuperação e Proteção dos Serviços de Clima e Biodiversidade do Corredor Sudeste da Mata Atlântica Brasileira**, chamado também de “*Conexão Mata Atlântica*”, visa recuperar e preservar os serviços ecossistêmicos associados à biodiversidade e captura de carbono da floresta, em zonas prioritárias do Corredor Sudeste da Mata Atlântica brasileira (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

No ano de 2022, foram adquiridos mais alguns equipamentos de apoio à gestão das Unidades de Conservação do Projeto (material de informática, armadilhas fotográficas, entre outros de menor valor) e parte do novo servidor da Fundação Florestal. Além disso, o Senac ministrou outros 31 cursos, totalizando mais 352 horas de capacitação para funcionários, conselheiros e parceiros. No total, foram 44 cursos (11 para cada unidade de conservação), com 827 alunos certificados.

A Estação Ecológica Bananal concluiu a elaboração do seu Programa de Educação Ambiental e, em parceria com a Secretaria Municipal de Ensino, realizou 38 atividades com as escolas municipais, envolvendo mais de 700 alunos. Por essa ação, a Estação Ecológica recebeu uma menção honrosa da Câmara Municipal.

A Estação Ecológica de Bananal, a APA São Francisco Xavier e o Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) promoveram cursos de combate à incêndios florestais e disponibilizam equipamentos de apoio aos brigadistas voluntários que atuam nos respectivos territórios. Além disso, a APA São Francisco Xavier organizou o *II Circuito Agroflorestal* que em sete encontros mobilizou 112 agricultores. Cada encontro teve uma temática e todos tiveram atividades práticas, na forma de mutirão. A APA também promoveu um curso de 36 horas sobre *Monitoramento e controle populacional de javali / javaporco*, ministrado pelo Dr. Felipe Pedrosa para 20 participantes, com atividades práticas em cinco imóveis rurais e encontros teóricos que resultaram em vídeo-aula disponível para outras Unidades de Conservação (<https://www.youtube.com/watch?v=rftOVSWjuGk>), além da impressão de folders e cartazes.

No Núcleo Santa Virgínia do PESH duas paredes (no centro de visitantes e na sede do centro histórico) foram adesivadas com mapa da unidade de conservação indicando as trilhas e atrativos para os visitantes conhecerem. Também foram instaladas placas de sinalização para a ciclorrota que tem 30 km de extensão e vai até a base de Catuçaba.

Os planos de ação dos agricultores beneficiários do Projeto seguem em execução com o apoio das equipes de ATER (assistência técnica e extensão rural) contratadas desde 2018. Ao longo de sua execução, o Projeto Conexão Mata Atlântica aportou mais de dez milhões de reais para a ATER. Só em 2022 foram mais de 3.100 visitas aos agricultores atendidos pelo projeto registradas no Sisrural (plataforma de ATER utilizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo).

No que diz respeito ao apoio à certificação, dos 157 contratos pagos pelo Projeto, no primeiro semestre foram aditados 122 contratos, ou seja, os produtores receberam mais três mil reais para aquisição de insumos necessários à produção.

Do total de 157 produtores que receberam apoio à certificação, 117 foram certificados. Os demais receberam a Declaração de Transição Agroecológica, atestando que aquele produtor rural deu início a transição da produção convencional para a produção agroecológica. Apesar do número de contratos pagos só ter alcançado 98% da meta, a área certificada (3.397,96 hectares) ultrapassou em 36% a meta compromissada.

Certificação escolhida e obtida por território

Território	Certificação escolhida			Certificação obtida		
	Agroecológica	Orgânica	FSC	Agroecológica	Orgânica	FSC
Bananal	19	1	6	8	1	6
Itariru	23	19	0	17	19	0
SFX	20	3	3	19	3	3
S. Virgínia	55	8	0	33	8	0
Total	117	31	9	77	31	9

A certificação florestal merece destaque. Nove beneficiários do Projeto integram o grupo coordenado pela Fundação Florestal que recebeu o certificado FSC para conservação de 552,9 hectares de Mata Atlântica. O processo de certificação consiste em análise documental e auditoria in loco no intuito de comprovar o atendimento de todos os indicadores, critérios e padrões aplicáveis para a certificação almejada. São 10 padrões que incluem o atendimento à legislação, a posse da terra, os direitos de povos indígenas, direitos dos trabalhadores, benefícios da floresta, impactos ambientais, o plano de manejo florestal, monitoramento e avaliação, florestas de alto valor para conservação e, por fim, plantações, sendo este último não aplicável para o escopo de certificação pretendido. A certificação obtida segue o padrão SLIMF de manejo de florestas nativas de pequena escala e baixa intensidade, ou seja, aplicado a pequenos manejadores (proprietários) de florestas nativas. Trata-se da primeira certificação FSC padrão SLIMF para conservação da Mata Atlântica em todo o Brasil.

SCS Global Services declara que uma auditoria independente foi concluída e a conformidade com o(s) padrão(s) aplicável(eis) está confirmada para:

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo em nome do Grupo de Produtores Conexão Mata Atlântica (GPCMA)

Esta operação cumpre com todos os requisitos necessários para ser certificada como:

Certificação de Grupo de Florestas Nativas Bem Manejadas

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo em nome do Grupo de Produtores Conexão Mata Atlântica (GPCMA) demonstrou cumprir com todas as qualificações necessárias para ser certificada como Grupo de Florestas Nativas Bem Manejadas em concordância com os Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council®, verificado através do FSC-STD-BRA-03-2013 V3-2, FSC-STD-30-005 V2-0, FSC-STD-50-001 V2-0.

Para os seguintes produtos:

Não há produção madeira e nem PFNM. A conservação ambiental é o objetivo do Grupo de Produtores Conexão Mata Atlântica (GPCMA).

Código de Certificação: SCS-FM-008587

Código de Licença Marca Registrada: FSC-C169041

Data de emissão: 7 março 2022 Data de validade: 6 março 2027

Este certificado em si não constitui evidência de que um determinado produto fornecido pelo titular deste certificado possui certificação FSC (ou Melhoria Controlada do FSC). Os produtos oferecidos, vendidos, ou vendidos pelo titular deste certificado podem ser produzidos por fornecedores que não possuem certificação FSC, desde que estejam relacionados aos produtos e nomes de origem. A lista dos fornecedores autorizados para este produto está disponível em www.fsc.org ou fornecida mediante solicitação para a SCS. A validade deste certificado deve ser verificada através do site www.fsc.org. Este certificado deverá permanecer nesta propriedade da SCS, e este certificado, assim como todos os direitos ou propriedades derivadas, são devolvidos para a SCS imediatamente se solicitado. Quando um certificado abrange mais de um local, as produções e processos atividades abrangidas são realizadas pela rede de locais participantes e não necessariamente por cada um deles.



The mark of responsible forestry



Brendan Grady

Brendan Grady, Director, Forest Management
SCS Global Services
2000 Powell Street, Ste. 600, Emeryville, CA 94608 USA

Printed March 7, 2022

De modo similar ao apoio à certificação, os contratos de apoio a cadeias de valor sustentável (CVS) seguem em execução, com destaques para a fruticultura, bovinocultura, mel e horticultura. Dos 197 contratos pagos, 133 foram aditados em 2022. Esses produtores receberam pagamento adicional de até treze mil reais para aplicar em seu plano de ação que também foi aditado. Seis das sete organizações de produtores rurais apoiadas pelo projeto também tiveram oportunidade de aditar seus contratos em até 120 mil reais, para consolidar os investimentos anteriores, vinculados às principais cadeias produtivas de cada território, possibilitando que seus associados beneficiem parte da produção e para que eles acessem novos mercados.

O Projeto Conexão Mata Atlântica tem incentivado produtores e municípios na regularização dos produtos de origem animal, oriundos das cadeias do leite e do mel. Natividade da Serra, São Luiz do Paraitinga e São José dos Campos passaram a ter SIM

(Serviço de Inspeção Municipal) e os beneficiários do projeto têm sido os primeiros a obter os registros.

No caso do apoio a cadeias de valor sustentável o número de contratos pagos superou 9% a meta, e a área da cadeia produtiva diretamente beneficiada com os recursos do Projeto (2.812,28 hectares) superou 40% a meta.

No que diz respeito ao PSA, em 2022 houve avanços nas verificações e pagamentos dos provedores dos editais 006/18, 005/19 e 003/21. Para os editais mais antigos, mediante aditivos contratuais foram efetuados pagamentos referentes aos serviços ambientais efetivamente verificados que extrapolavam os respectivos planos de ação, sem extrapolar os limites máximos passíveis de pagamento estabelecidos. Os aditivos também permitiram a inclusão de uma verificação adicional, com o pagamento devido ainda em curso.

Os 274 contratos de PSA pagos dos três editais somados alcançam 99,6% da meta de contratos. Já a área conservada sob contrato de PSA (7.549 hectares) supera a meta em 88%.

Considerando os editais de CERT, CVS e PSA, até dezembro de 2022, foram quase 12 milhões de reais pagos diretamente aos agricultores, sem considerar o custeio dos extensionistas e o pagamento das certificadoras. São mais de seiscentos contratos pagos, conforme segue.

Números de contratos e valores pagos aos beneficiários do Projeto:

Editais	Nº contratos pagos	Valor pago (R\$)
CERT	157	829.421,40
CVS	197	5.967.230,75
CVS-organização	7	1.843.755,13
PSA Uso Múltiplo	253	2.953.990,48
PSA cerca/muda	21	290.145,97
Total	635	11.884.543,73

Por fim, de modo similar à execução física, a execução financeira do componente 3 do Projeto Conexão Mata Atlântica, sob a gestão da Fundação Florestal, avançou em 2022: o recurso pago passou de 59% para 79% do total no decorrer do último ano.

7. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

7.1. Programa de Educação Ambiental (PEA/FF)

Estabelece diretrizes transversais para a consolidação da Educação Ambiental - EA na gestão das Unidades de Conservação. Está integrado a dois diferentes fóruns estaduais de educação ambiental.

No último ano, foram elaborados os PEA de 2 Unidades de Conservação participantes do Projeto “Conexão Mata Atlântica”: Estação Ecológica de Bananal (já finalizado) e a APA São Francisco Xavier (em elaboração).

7.2. Públicos atendidos em ações de educação ambiental nas Unidades de Conservação

Em 2022, 27 Unidades de Conservação atenderam 31.950 alunos de forma presencial em roteiros pedagógicos e 23.725 visitantes categorizados em outros grupos. A tabela a seguir mostra os públicos que participaram tanto de ações educativas como de visitação para lazer e recreação, totalizando **949.018** pessoas.

Atendimentos nas Unidades de Conservação

Número de UC	Atendimento EA (alunos)	Atendimento EA - Outros grupos*	Atendimento EA - Eventos internos, externos e online	Público Diferenciado**	Visitantes Casuais	TOTAL
27	31.950	23.725	33.980	636.557	222.806	949.018

* Assistência Social, educacionais, escoteiros, religiosos, ciclistas, voo livre, rapel, corredores;

** Autorizados pela Funda o Florestal, estudantes e professores, funcionários, moradores do entorno, idosos>60, crianças<12, integrantes do bolsa família, monitores ambientais, pesquisadores, deficientes e profissionais de órgãos públicos.

7.3. Projeto de Forma o de Monitores Ambientais Aut nomos

Trata-se de capacita o com foco na intera o socioambiental, fortalecendo a atividade de monitoria ambiental no âmbito do uso público, contribuindo para a gera o de renda de profissionais aut nomos e associa es de monitores locais.

No primeiro semestre de 2022, houve a formata o do curso *online* “Introdu o   Monitoria Ambiental” na modalidade Mooc (*Massive Open Online Course* ou Curso Online Aberto e Massivo). Desenvolvido em conjunto com o Centro Paula Souza (CPS), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econ mico.

O curso   gratuito tem dura o de 15 horas, divididas em sete aulas e está disponível na página do Grupo de Estudo de Educa o a Distância (GEEaD) do CPS.

Os dados dos participantes do curso por meio da plataforma MOOC foram sistematizados até novembro de 2022, totalizando **567 alunos**, sendo 507 alunos do Estado de São Paulo, 47 alunos de outros estados, 2 alunos de outros países (Angola e Canadá) e 11 alunos que não especificaram sua localiza o.

Ao final de 2022, foram iniciadas as grava es de 42 videoaulas, com palestrantes convidados do Sistema Ambiental Paulista, da FF e de universidades para compor a primeira etapa do processo de forma o de monitores ambientais aut nomos que atuam

em Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal. A capacitação completa inclui outros módulos e fases, que serão ministrados em modalidade híbrida (online e presencial) pelas UCs.

7.4. Projeto Biota / Fapesp / SIMA

A integração entre pesquisa científica e educação ambiental se destaca no projeto “Educação Ambiental e Gestão de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: Articulação de Saberes na Construção de Comunidades de Aprendizagem”, único em ciências humanas aprovado pelo Edital Fapesp/Biota/SIMA.

As ações presenciais foram retomadas no primeiro semestre de 2022, com a realização de visitas às APAs Parque e Fazenda do Carmo e Corumbataí/ Piracicaba, e aos PE Jaraguá e PESM - Núcleo Santa Virgínia, fortalecendo a relação entre pesquisadores, equipes das UCs e parceiros.

Destaca-se, ainda, a formação de 165 professores pelo curso “Educação Ambiental e Unidades de Conservação do Estado de São Paulo”, integrante do Projeto USP Escola, realizado em janeiro de 2022, e a visita de alunos à APA do Carmo, em setembro de 2022, integrada ao Programa Abelhas, para conhecer o que é ciência cidadã, utilizando material educativo com fotos e informações das abelhas nativas.

8. RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁREAS DEGRADADAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A Fundação Florestal mantém o trabalho de identificação, quantificação e mapeamento das áreas degradadas dentro das Unidades de Conservação da categoria de proteção integral de domínio público.

Em 2022, a Fundação Florestal disponibilizou no Banco de Áreas do Programa Nascentes 736 hectares, localizados em 12 Unidades de Conservação de domínio público.

Utilizando o montante disponibilizado no banco de áreas, foi feita força-tarefa promovida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, envolvendo Fundação Florestal, Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB) e Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), sendo elaborados projetos de restauração em 05 UCs, totalizando área de 902 hectares.

Neste mesmo período, foram aprovados 10 projetos de restauração dentro das UCs, totalizando área de 407 hectares.

A Fundação Florestal também buscou recursos junto ao FEHIDRO, onde conseguiu recursos para executar projeto de restauração ecológica em área de 14,5 hectares na

microbacia do córrego pedregulho, situada no Parque Estadual Furnas do Bom Jesus, município de Pedregulho.

Com recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP), no âmbito do Programa Refloresta-SP, está executando projeto de restauração ecológica em 142,9 hectares no Parque Estadual do Rio do Peixe, no município de Ouro Verde, resultado da força-tarefa promovida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

9. PROGRAMA RPPN PAULISTAS

O Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural – Programa RPPN Paulistas, sob a responsabilidade da Fundação Florestal, foi instituído pelo Decreto Estadual nº 51.150/2006, com o objetivo de apoiar as iniciativas de proprietários particulares na criação de Unidades de Conservação em áreas privadas.

9.1. Criação de RPPNs

No ano de 2022, foram reconhecidas 7 (sete) RPPNs, por meio de resoluções editadas pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, perfazendo uma área de 767,0095 hectares, as quais distribuem-se de maneira heterogênea no território do Estado de São Paulo e tem a importante função de proteger remanescentes de vegetação nativa dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, além de ecossistemas associados, conforme quadro a seguir:

RPPNs RECONHECIDAS EM 2022						
Denominação	Município	Área (ha)	Diploma Legal	Averbação	Bioma	Processo
Floresta Maria Helena	Cerqueira César	63	Res. SIMA 03 10.02.2022	Não concluída	Cerrado	Processo Digital 001705/2021-81
São Lourenço	Avaré	44,43	Res. SIMA 04 10.02.2022	14.03.2022	Mata Atlântica e Cerrado	Processo Digital 353/2019
Iporanga	Itanhaém	635,0086	Res. SIMA 21, 16.03.2022	Não concluída	Mata Atlântica	Processo Físico FF 124/2019
Mata do Roque	Pirassununga	7,1567	Res. SIMA 25, 28.03.2022	06.05.2022	Mata Atlântica	Processo Digital 00998/2021-66
Recanto Olho d'Água	Botucatu	10,6342	Res. SIMA 41, 13.05.2022	02.08.2022	Mata Atlântica e Cerrado	Processo Digital 001300/2021-08
Trilhas do Cerrado	Monte Alto	5,30	Res. SIMA 52, 09.06.2022	06.07.2022	Mata Atlântica e Cerrado	Processo Digital 001039/2021-74
Mata Virgem	São Paulo	1,48	Res. SIMA 97, 25.10.2022	23.12.2022	Mata Atlântica	Processo Digital 002055/2021-20
Área total (ha)		767,0095				

Com a criação dessas reservas, ao final de 2022, o estado de São Paulo passou a ter 115 RPPNs. Deste total, 66 foram reconhecidas pelo Programa RPPN Paulistas, totalizando 19.091,9807 ha. Constatam ainda 18 (dezoito) pedidos em andamento na FF, totalizando uma área potencial de 2.303,03 ha.

Seus gestores desenvolvem, além da proteção estrita dos seus recursos naturais, atividades de educação ambiental, pesquisa científica e turismo ecológico, contribuindo para a geração do conhecimento científico sobre a biodiversidade e a conscientização relativa à importância e finalidade das áreas protegidas em terras privadas.

Entre as atividades previstas no Programa RPPN, para o período considerado, constam ações permanentes de apoio técnico e científico, no sentido de oferecer capacitações por meio de cursos e oficinas, além de orientações e da análise de Planos de Manejo.

9.2. Planos de Manejo de RPPNs

Os Planos de Manejo das Reservas Particulares do Patrimônio Natural são importantes documentos técnicos de apoio à sua gestão. A obrigatoriedade de sua elaboração cabe aos proprietários, sob a orientação dos técnicos do Programa RPPN Paulistas, após a instituição oficial de suas RPPNs. Concluída sua elaboração, o proprietário encaminha o plano ao Programa RPPN Paulistas, que é o responsável pela análise dos mesmos.

Em 2022, seis Planos de Manejo foram encaminhados para apreciação:

- Plano de Manejo da RPPN Besouro de Fogo;
- Plano de Manejo da RPPN Chácara Santa Inês;
- Plano de Manejo da RPPN Porto do Ifé;
- Plano de Manejo da RPPN Serra da Bocaina;
- Plano de Manejo da RPPN Vuturussu;
- Plano de manejo da RPPN Copaíba.

Em 22 de março de 2022 foi aprovado o Plano de Manejo da RPPN Chácara Santa Inês, por meio da Portaria FF/DE nº 61, e em 21 de setembro de 2022, foi aprovado o Plano de Manejo da RPPN Porto do Ifé, por meio da Portaria FF/DE nº 284.

Atualmente, existem 7 (sete) RPPNs paulistas que possuem Plano de Manejo aprovado pelo órgão competente, 2 pelo ICMBio (RPPN Reserva Amadeo Botelho e RPPN Rio dos Pilões) e 5 pela Fundação Florestal (RPPN Botujuru - Serra do Itapety; RPPN Fazenda Renópolis; RPPN Pedra da Mina; RPPN Chácara Santa Inês e RPPN Porto do Ifé).

9.3. Projeto de Crédito Ambiental Paulista para as RPPNs

Instituído pela Resolução SMA nº 89, de 18.09.2013, o Projeto de Crédito Ambiental Paulista – CAP/RPPN visa promover a conservação e a restauração de processos ecológicos nas RPPNs, para manter e/ou ampliar o provimento dos serviços ecossistêmicos de conservação da biodiversidade e de produção de água. É realizado por meio da publicação de editais, conforme estabelece a Resolução Conjunta FF/SMA nº 02/2018, que define as diretrizes, critérios e o cálculo do valor do PSA.

Desde a instituição do projeto, foram lançados, até 2022, 3 (três) editais de chamada pública, o primeiro já foi concluído e dois encontram-se em diferentes etapas de execução.

9.4. Operação Corta Fogo / RPPN

Esta iniciativa tem como objetivo inserir as RPPN no Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – Operação Corta Fogo da SIMA. Nele, os proprietários e funcionários de RPPN tem a possibilidade de participar de treinamentos para o combate ao fogo, promovidos pela Defesa Civil do ESP e Polos Regionais da Fundação Florestal, que anualmente são divulgados para as RPPN.

Em agosto de 2022, foram realizadas reuniões técnicas da OPERAÇÃO CORTA FOGO & SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO - SIM RPPN/2022 com os proprietários de RPPN-SP, veiculadas no Canal do Youtube.com/ambientesp e seu conteúdo bastante informativo versou sobre os seguintes temas:

- Importância de parcerias para a prevenção e controle de incêndios nas RPPNs.
- Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais PPCIF, Boletim de Ocorrência a Incêndios Florestais - BOI e materiais disponibilizados na página do SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA - SIPAI.
- Experiências de elaboração e uso do PPCIF e BOI. Exemplo do PE Juquery.
- Apresentação de experiências das RPPN Gigante do Itaguaré e RPPN Rio dos Pilões, na elaboração e uso de instrumentos.
- Apresentação de experiências da RPPN Fazenda Renópolis e RPPN Catadupa na prevenção e preparo para o combate ao fogo.

10. ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A competência para avaliação de impactos, emissão de licenças e autorizações ambientais é do órgão licenciador, a FF enquanto órgão gestor de unidade de conservação é interveniente no licenciamento ambiental, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 428/2010 cabendo manifestação sobre os impactos aos atributos devidamente fundamentada nos instrumentos legais da UC e nos seus Planos de Manejo.

Em 2022, foram recebidas 937 demandas relacionadas a licenciamento ambiental.

Temos 13 Estudos de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) de grandes empreendimentos que interferem de forma direta ou indireta nos atributos das UCs e nas suas funções ecossistêmicas. Além destes, recebemos 07 solicitações de contribuição para compor Termo de Referência para elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA).

Também foram recebidos 19 Relatórios Ambientais Preliminares (RAP), para análise e manifestação.

As demais demandas referem-se a acompanhamento do atendimento de condicionantes propostas na análise de EIAs e de empreendimentos considerados de baixo potencial de impacto, gerando 210 manifestações técnicas.

11. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Consiste em desenvolver e acompanhar os procedimentos que buscam a regularização do domínio e posse do Poder Público (regularização fundiária) e a consolidação dos limites das terras que são abrangidas pelas Unidades de Conservação estaduais.

11.1. Áreas inseridas em Unidades de Conservação para compensação de reserva legal ou supressão de vegetação

Em 2022, a Fundação Florestal, de forma pioneira, ampliou o Parque Estadual de Carlos Botelho (Decreto Estadual 66.820/2022) em 1.197,03 hectares, por meio da alienação ao Estado de São Paulo do imóvel Fazenda Ribeirão da Serra, para compensação ambiental de reserva legal.

Em outro procedimento inovador, a Fundação Florestal recebeu a posse do imóvel de 150,16 hectares inserido no Parque Estadual de Itapetinga por meio de instrumento público de transferência de posse, para que o proprietário possa utilizá-lo para realizar as compensações ambientais e, após a utilização do saldo de área para compensação, será concretizada a alienação do imóvel ao Estado.

11.2. Georreferenciamento de Unidades de Conservação

Em 2022 foram executados os serviços de georreferenciamento em campo, de acordo com a norma técnica do INCRA, dos limites dos documentos imobiliários e consequentemente dos limites das áreas protegidas. A partir deste momento o contrato encontra-se na fase de retificação dos documentos imobiliários junto aos Cartórios de Registro de Imóveis.

Com o georreferenciamento dessas áreas, a Fundação Florestal alcança o montante de 60.294,33 hectares georreferenciados e mais 97.188,74 hectares cujo georreferenciamento está em execução.

Unidade de Conservação		Situação do Georreferenciamento
PE Juquery	EE Mata do Jacaré (São Carlos)	concluído (20)
PE Morro do Diabo	EE Paulo de Faria	
EE Bananal	EE Ribeirão Preto	
EE Bauru (Sebastião Aleixo da Silva)	EE Valinhos	
EE Caetetus "Olavo Amaral Ferraz"	PE Águas da Prata	
EE Chauás	PE ARA	
EE Ibicatu	PE Furnas do Bom Jesus	
EE Itaberá	PE Porto Ferreira	
EE Itapetí	PE Vassununga	
EE Jataí	RDS Lavras	
FE Edmundo Navarro de Andrade	PE Intervalles	em andamento (06)
PE Carlos Botelho	PE Campos do Jordão	
EE Xituê	PE Mananciais de Campos do Jordão	

11.3. Redefinição Limites das Unidades de Conservação do Mosaico do Jacupiranga

Com o início da elaboração dos planos de manejo das 14 Unidades de Conservação do Mosaico de Jacupiranga - MOJAC, a Fundação Florestal iniciou o atendimento a demanda da comunidade local para a redefinição dos limites do MOJAC.

A revisão dos limites apenas poderá ocorrer após a aprovação dos planos de manejo de todas as Unidades de Conservação envolvidas, conforme estão previstos no artigo 15 da Lei 12.810/2008 que criou o MOJAC.

Os estudos para a redefinição dos limites serão realizados em 03 grandes etapas, sendo que a primeira já foi realizada e a segunda está ocorrendo em paralelo a elaboração dos planos de manejo, e a terceira apenas acontecerá após a aprovação dos planos de manejo.

A primeira etapa, já concluída, teve como foco a consolidação das informações fundiárias existentes sobre as unidades com as demandas de redefinição de limites recebidas em 2018 pela Comissão do MOJAC.

A segunda etapa consiste na realização de reuniões com as comunidades locais para a apresentação, pelo Núcleo de Regularização Fundiária, das informações consolidadas na primeira etapa, bem como a confirmação e a coleta de novas demandas.

Já foram realizadas 08 reuniões com as comunidades do PE Lagamar de Cananeia, RDS Itapanhapima, RESEX da Ilha do Tumba, RESEX Taquari, PE Caverna do Diabo e APA Quilombos do Médio Ribeira. As reuniões com as comunidades das demais Unidades de Conservação ocorrerão entre 2022/2023.

A terceira etapa será realizada apenas após a aprovação dos 14 planos de manejo, quando será aprofundada a análise das propostas de redefinição de limites em conjunto com as informações fundiárias do território e do plano de manejo.

12. CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Em 2022, temos os seguintes destaques:

- Ampliação do Parque Estadual Carlos Botelho: Decreto nº 66.820, de 06 de junho de 2022;
- Desmembramento da Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí-Botucatu-Tejupá, com a consequente criação da APA Cuesta Corumbataí, APA Cuesta Guarani e APA Cuesta Paranapanema: (i) Elaboração e publicação de três relatórios técnicos das propostas; (ii) realização de consultas públicas; (iii) Publicação das resoluções SIMA sobre os procedimentos preparatórios da criação das unidades (resoluções números 103, 104 e 105 de 1 de dezembro de 2022).
- Criação do Refúgio de Vida Silvestre Lobo-Guará e da Floresta Estadual Ibicuí, ambas no próprio estadual constituído pela Floresta de Cajuru. (i) Atualização e publicação do relatório técnico da proposta; (ii) Realização de processo de divulgação e esclarecimentos sobre a proposta; (iii) Audiência Pública realizada em 7/12/22.

13. CONSELHOS GESTORES

Entre os vários desafios da gestão das UCs, a necessidade de atrair o apoio e de garantir a parceria e a participação da sociedade nesse processo, é, sem dúvida, um dos mais significativos. Administrar e gerenciar áreas protegidas com a participação social pressupõe legitimidade, transparência, legalidade e eficiência na gestão, e os Conselhos Gestores das UCs são fóruns de pertencimento e construção do diálogo para o alcance deste objetivo.

A criação e a atuação dos conselhos gestores estão amparadas pela Lei do SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000). São presididos pelo órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação e constituídos por representantes dos setores público, privado e terceiro setor e funcionam como controle social das ações, decisões e da execução de despesas de recursos públicos pelo governo. Além dessa prestação de contas, é nos conselhos que uma diversidade de segmentos da sociedade manifesta suas demandas, sugere melhorias, propõe e constrói soluções, além de contribuir com a gestão das UCs.

E na condição de conselho deliberativo (quando as categorias são “reservas extrativistas” ou “reservas de desenvolvimento sustentável”), compatibiliza a coparticipação na tomada de decisão no âmbito da gestão das unidades destas categorias.

Atualmente, **96,69%** dos conselhos das Unidades de Conservação **estão instituídos**, totalizando 123 conselhos. No momento 5 (cinco) Unidades de Conservação estão em fase de instrução processual para a instituição de seus conselhos gestores, o que totalizará 128 Conselhos Gestores (100%). Entre os conselhos formalizados, 21,87% (28) encontram-se em processo de renovação.

Ressalta-se que uma das principais Unidades de Conservação geridas pela Fundação Florestal, o Parque Estadual da Serra do Mar, é administrado através de 10 núcleos de gestão e todos têm seus conselhos gestores formalizados.

Ainda, de premissa atuante com foco na gestão integrada dos territórios, temos os Mosaicos de Unidades de Conservação Estaduais Paulistas, áreas protegidas limítrofes e justapostas, a saber: do Jacupiranga, do Paranapiacaba, da Juréia-Itatins, do Cerrado Paulista e das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas, sendo que destes temos formalizado e instituído o Conselho Gestor do Mosaico do Jacupiranga e Mosaico Juréia-Itatins, respectivamente, compostos por 48 e 32 integrantes.

Mesmo ante a excepcionalidade da pandemia de Covid 19, e o seu recrudescimento neste período, a atuação dos Conselhos e seus Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas foi mantida nas suas atividades contínuas por meio de reuniões virtuais/on-line. Cabe destacar que é prioridade institucional a manutenção de conselhos formalizados, ativos e regulares, conforme previstas nas diretrizes de governo e nas metas do Plano Plurianual (PPA) da FF.

No ano de 2022, assim como em anos anteriores, foi realizado um grande esforço institucional para manter vivo/ativo o processo participativo na gestão das Unidades de Conservação com a formalização de novos conselhos e renovação de outros, organização de reuniões e eventos, apesar das dificuldades impostas pelo distanciamento social.

14. PROJETOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

14.1. Projeto-Piloto de Monitoramento de mamíferos de médio e grande porte

Programa é realizado em mais de 25 Unidades de Conservação do estado de São Paulo e é um instrumento amplamente utilizado para determinar padrões ecológicos que norteiam e subsidiam ações de proteção e preservação dos ecossistemas.

Tem como objetivo tornar mais eficaz a gestão das Unidades de Conservação e servir como prova de conceito para o desenvolvimento do Programa de Monitoramento da Biodiversidade nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. A partir do sucesso obtido no projeto-piloto e da disponibilidade orçamentária para monitorar outras UCs, iniciou-se, ainda em 2022, novas unidades, totalizando 650.584 hectares

Unidades inclusas no Programa em 2022:

- 4 Estações Ecológicas: Juréia-Itatins, Jataí, Mogi-Guaçu e Itirapina
- 10 Parques Estaduais: PESM (10 Núcleos: Núcleos Itariru, Curucutu, Cunha, Santa Virgínia, Picinguaba, Caraguatatuba, Itutinga-Pilões, Bertioga, Padre Dória e São Sebastião), Morro do Diabo, Cantareira, Intervalles, Carlos Botelho, Jurupará, Caverna do Diabo, Rio Turvo, Petar e Vassununga

- 1 Reserva Biológica: Mogi-Guaçu
- 2 Estações Experimentais: Itirapina e Mogi-Guaçu

Todas as equipes foram capacitadas para a instalação e remoção das armadilhas, organização, triagem e armazenamento de imagens. O monitoramento para todas as UCs da Mata Atlântica iniciou-se em meados de junho de 2022, com previsão de resultados em novembro. As UCs do projeto-piloto farão o segundo ano de monitoramento, utilizando o mesmo grid, grade de pontos amostrais onde são instaladas as armadilhas, que foi validado durante o projeto.

Atualmente, são 400 armadilhas fotográficas realizando registros nas unidades previamente mencionadas. Um complemento para o projeto, foi a publicação do edital para contratação de 47 de monitores ambientais que estarão dedicados ao monitoramento da biodiversidade, o que é inédito para a Fundação Florestal, uma vez que os protocolos de coleta de dados e auxílio nas análises das informações serão parte das atividades desenvolvidas pelos novos colaboradores.

Ao longo de 2022 foram realizadas as seguintes atividades:

- Capacitações teórica e prática de funcionários e colaboradores das Unidades de Conservação que entraram no subprograma, totalizando 165 pessoas em 4 cursos;
- Capacitação teórica e prática de indígenas da Aldeia Renascer - Ubatuba para o monitoramento de mamíferos na Terra Indígena Ywyty-Guaçu, em janeiro de 2022;
- A capacitação teórica sobre análise de dados, realizado pela empresa contratada para o projeto-piloto para funcionários da FF, IPA e DEFAU foi *online* e teve a participação de 20 técnicos, gestores e pesquisadores do Sistema Ambiental Paulista;
- Apresentação dos resultados do projeto-piloto para toda sociedade, através de live via Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=r6vWN4ataa0>
- Campanhas de monitoramento: duas campanhas de 60 dias cada, com as equipes de campo, nas 25 UCs: de julho-dezembro;
- Captação de recurso da Câmara de Compensação para o desenho e ampliação do Programa MonitoraBioSP;
- Contratação de empresa para auxiliar a análise estatística dos dados e interpretação ecológica, dado o volume gerado, que passa de 200 mil imagens para serem triadas e identificadas, para posterior análise (número de imagens após triagem no primeiro período de 60 dias = 78.792);
- Ampliação do projeto, em dezembro/22, para PE Juquery, com capacitação teórica e prática *na* instalação das AFs;
- A análise dos dados e elaboração de mapeamentos estão em desenvolvimento, porém já foi possível obter importantes resultados preliminares para as áreas de Cerrado e estamos em fase de análise para as UCs da Mata Atlântica, dos dados dos primeiros sessenta dias – relativas ao 1º período de 2022.

- As quatro áreas das UCs Piloto estão no segundo ano de monitoramento, cujos indicadores e recomendações obtidas em 2021 foram implantados para a melhoria das campanhas de 2022;
- Disponibilização de relatório final do projeto-piloto no site da Fundação Florestal <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/programas-e-campanhas/programa-de-monitoramento-da-biodiversidade/monitoramento-de-medios-e-grandes-mamiferos/>
- Disponibilização do relatório da primeira etapa de ampliação (que teve início em outubro de 2021 e terminaram as atividades de campo em maio de 2022)
<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/programas-e-campanhas/programa-de-monitoramento-da-biodiversidade/monitoramento-de-medios-e-grandes-mamiferos/>
- Contratação de 47 monitores específico para o monitoramento da biodiversidade, para os três subprogramas em andamento.

14.2. Projeto-Piloto de Monitoramento e Controle do Javali

Com o objetivo de testar e avaliar a eficácia de métodos de monitoramento e controle de javalis com a utilização de diferentes modelos de armadilhas e equipamentos de monitoramento por imagem, o Projeto Piloto foi implantado em duas Unidades de Conservação: Parque Estadual Vassununga (PEV), em Santa Rita do Passa Quatro, e Estação Ecológica Jataí (EEJ), em Luiz Antônio. A iniciativa integra o Plano Estadual de Prevenção, Monitoramento e Controle do Javali do Estado de São Paulo (Resolução SAA/SIMA nº 04/2020).

Neste projeto piloto, foram instaladas 18 armadilhas fotográficas no PEV e 8 na EEJ. Já para a captura dos animais, foram utilizados cinco tipos de cercos com dois diferentes tipos de portas (guilhotina/franja), podendo ter acionamento remoto ou não e com diferentes tipos de monitoramento do cerco: com o uso de câmera IP, equipamento ideal para vigilância, armadilha fotográfica ou, ainda, sem monitoramento por imagem.

No PEV, a presença dos javalis foi registrada em 100% das câmeras instaladas (em 18 pontos), sendo mapeados de um a 12 indivíduos nas imagens. Já a EEJ registrou ocorrência de javalis em sete pontos (de um total de oito monitorados), o que corresponde a 87%, com a presença de um a dez indivíduos nas imagens.

No período 2022, ocorreu uma ação de controle (02 fêmeas), no PEV que, somada à duas ações de controle ocorridas em 2021, resultaram em dez animais abatidos (seis machos e quatro fêmeas), dos quais foram coletadas amostras de sangue e tecido para análise sanitária, pela equipe técnica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, parceira do Projeto.

Em 2022, após um período de 18 meses de testes e análises, com o encerramento do projeto piloto foi realizado um relatório de balanço. Foi concluído que o monitoramento com o uso de armadilhas fotográficas, que ocorreu conforme a metodologia proposta no planejamento inicial e que foi discutida/compatibilizada com o método do Programa de Monitoramento de mamíferos de médio e grande portes, se mostrou eficiente para a determinação da presença ou ausência da espécie nas áreas monitoradas.

Quanto aos cercos, cabe destacar a complexidade e os desafios enfrentados na confecção e operacionalização das estruturas e sistemas, principalmente os dependentes de sinal de internet e de energia solar, já que o ambiente rural e o interior das matas são fatores dificultadores. Sendo assim, o monitoramento por câmeras IP se mostrou prático apenas nos lugares onde havia bom sinal de internet. As câmeras trap, apesar de demandarem visitas frequentes em campo para retirada de chips e implicar em defasagem entre o momento de registro do animal e o momento de visualização pelos técnicos, também se mostrou eficaz para o monitoramento da ocorrência dos animais. Já entre as portas, a guilhotina se mostrou tecnicamente mais eficiente.

Além da análise de eficácia de métodos utilizados no projeto, a equipe técnica fez novas pesquisas, reuniões e visitas técnicas com o intuito de conhecer diferentes tecnologias para o manejo dos javalis, trazidas para o Brasil após o início do Projeto. Para o futuro, o objetivo é avaliar a possibilidade da utilização de armadilhas mais leves e versáteis (confeccionadas em redes de nylon), que são utilizadas nas áreas do Projeto Conexão Mata Atlântica e que se mostram efetivas. Esta tecnologia poderá ser implementada na expansão do projeto.

14.3. Polinizadores – Conservação de Abelhas Nativas

O Programa Abelhas Nativas da Fundação Florestal propõe a conservação e educação Ambiental das abelhas nativas nos biomas presentes nas UC, e divulga a importância desses polinizadores por meio de pesquisa, educação e comunicação.

Os polinizadores são fundamentais para a manutenção da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos, incluindo a produção agrícola de alimento em todas as suas escalas. Neste contexto as UC têm grande importância por serem locais de abrigo para diversas espécies, funcionando como centros de irradiação de biodiversidade, principalmente para áreas rurais degradadas. Ainda, o projeto visa a monitorar o efeito de defensivos agrícolas em colmeias de abelhas nativas no Parque Estadual de Vassununga e no Parque Estadual da Cantareira, que são unidades-piloto.

A divulgação científica tem se destacado nas ações do Programa Abelhas Nativas, com transposição dos seus conteúdos científicos, da linguagem técnica, para uma linguagem acessível, que possa ser compreendida para todos os públicos. Em 2022 ocorreram 2 eventos online com a participação de aproximadamente 1156 pessoas, uma *live* no Dia Mundial das Abelhas com o tema Abelhas Solitárias e outra em parceria com a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA). Em tempos de pandemia, esses meios

foram uma solução para a divulgação dos conteúdos e das ações propostas. A diagramação de um site está sendo elaborada.

As UC estão em processo de cadastramento dos meliponários e ninhos-iscas no Gefau, resultando em 13 unidades cadastradas, sendo que 05 já inseriram ninhos-iscas, estando em processo de captura e 04 já realizaram as transferências para as caixas racionais. Outras 3 UC fizeram transferências a partir de resgates de ninhos em locais que passaram por reformas e árvores caídas.

As caixas racionais estão sendo produzidas pela serraria da Floresta Estadual de Manduri, com madeira sustentável e pelo Parque Estadual do Jaraguá com madeira de apreensão doada para a Fundação Florestal pela CFB, e encaminhadas para as UC que já tenham enxames capturados junto com um tutorial elaborado com dicas de como inserir corretamente os ninhos-iscas, junto a isso, a equipe do programa também realiza reuniões virtuais com os gestores para auxílio e atualizações dos cadastros.

Até o momento 10 UC já começaram a instalar os meliponários: APA do Carmo, o PESM Núcleo Padre Dória, PE Vassununga, EE Ribeirão Preto, PESM Núcleo Caraguatatuba, PE Jaraguá, PE Cantareira (Núcleos Pedra Grande e Cabuçu), PETAR e a FEENA que instalou um meliponário em 2020 em parceria com a Universidade de Rio Claro com ações de pesquisa, visitação e educação ambiental.

Até o momento, somando todos os meliponários, são 40 caixas racionais com 11 espécies diferentes de abelhas nativas sem ferrão.

As UC participantes receberam em 2022 o primeiro lote de hotéis para abelhas solitárias e caixas racionais modelo INPA confeccionados pela Floresta Estadual de Manduri.

Em 2022 aconteceram as primeiras oficinas para confecção de caixas racionais para abelhas nativas; em janeiro no PE Jaraguá, onde foi utilizado madeira de apreensão que foi doada pela CFB para a Fundação Florestal; em maio na APA Parque e Fazenda do Carmo numa parceria com o Sesc Itaquera.

Na Educação Ambiental, em setembro ficaram prontas as primeiras fichas catalográficas das abelhas. São 10 fichas em formato PDF com informações sobre as abelhas nativas que serão para as UC participantes para que possam apresentar as abelhas para os visitantes de uma maneira mais lúdica. As abelhas que compõem essas fichas foram encontradas no levantamento realizado na APA do Carmo.

As fichas foram lançadas oficialmente em dezembro de 2022 em uma ação conjunta entre o Programa Abelhas Nativas e a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA), no Portal de Educação Ambiental, onde estão disponíveis para serem baixadas.

Elas foram elaboradas em parceria com a Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade de São Paulo – Espaço Ciência, Cultura e Educação (ECCE/EACH -USP) e o Projeto Biota da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

14.4. Repovoamento de Palmeira-Juçara

A juçara é uma palmeira chave na Mata Atlântica que alimenta mais de 68 animais da floresta. Devido à exploração descontrolada dela, para a retirada de palmito, tornou-se restrita a poucas Unidades de Conservação e áreas protegidas particulares, transformando-se em uma espécie ameaçada de extinção.

O Programa de Conservação da Palmeira-Juçara visa aumentar a quantidade de palmeiras dentro das UC de Proteção Integral, bem como nos imóveis particulares localizados em UC de Uso Sustentável.

Associa a questão ambiental com a social. A questão ambiental engloba o repovoamento da palmeira e o pagamento por serviço ambiental e foi pensado para o longo prazo. Já a questão social visa modificar a cultura extrativista da palmeira-juçara para a extração do palmito em prol do fomento à venda da polpa, um delicioso alimento, e de sementes, para o repovoamento.

Repovoamento da palmeira-juçara

Desde 2020, são lançadas toneladas de sementes nas UC de Proteção Integral. A iniciativa acontece no Vale do Ribeira e no Parque Estadual da Serra do Mar. As sementes são compradas de produtores tradicionais rurais do entorno da UCs que têm conservado os remanescentes das palmeiras. Se dá por meio de lanço de toneladas de sementes no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral.

O lanço das sementes, que possuem alto poder de germinação, se dá por meio aéreo via helicóptero ou drone e imita a chuva de sementes realizada pela palmeira.

Todas as áreas que receberam sementes são monitoradas para acompanhamento da germinação das sementes que se transformarão, ao longo do tempo em jovens palmeiras. Mais informação sobre o monitoramento no menu lateral.

Em 2022, temos os seguintes dados referentes ao Programa:

- Aprox. 300 hectares repovoados (o equivalente a 300 campos de futebol);
- 15 toneladas de sementes compradas (equivale a 15 milhões de sementes);
- Valores realizados: R\$ 250.748,00
 - Aquisição de sementes: R\$111.986,00;
 - Lançamento por drone: R\$ 49.200,00;
 - Lançamento por helicóptero: R\$ 89.562,00.
- Unidades de Conservação repovoadas: 09

VALE DO RIBEIRA		
Quant. UCs	MOJAC (4 milhões de sementes lançadas)	Hectares
1	Pq. Est. Caverna do Diabo	33
2	Pq. Estadual do Rio Turvo	40
Quant. UCs	MOSAICO PARANAÍACABA (6 milhões de sementes lançadas)	Hectares
3	Pq. Estadual Carlos Botelho	40
4	Pq. Estadual Intervales	40
5	Pq. Estadual Alto Ribeira (PETAR)	40
Total	193 hectares	

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR		
Quant. UCs	NÚCLEOS (6 milhões de sementes lançadas)	Hectares
6	Picinguaba	40
7	Caraguatatuba	22
10	Cunha	14
8	Padre Doria	10
9	Itarirú	8
Total	94 hectares	

PSA - juçara

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é uma transação de natureza voluntária, em que um pagador de serviços ambientais (Fundação Florestal) transfere recursos (dinheiro) a um provedor desses serviços (agricultor familiar morador de uma das comunidades tradicionais beneficiadas), nas condições combinadas (por meio de assinatura de contrato).

Quem participa: agricultores tradicionais e remanescentes de quilombolas que disponham de 2 a 3 hectares para plantar juçara e habitem: APA Quilombos do Médio Ribeira, RDS Lavras, RDS Barreiro-Anhemas, RDS Pinheirinhos e RDS Quilombos de Barra do Turvo.

Em 2022 foi lançado o 1º Edital, que credenciou 98 agricultores tradicionais, com 291 hectares cadastrados; houve, até o momento, uma desistência.

O que recebem: até R\$ 36.300,00 ao longo de cinco anos, além de participar de uma rede de produtores e de apoio técnico para produção legalizada, com possibilidade de manejo adequado (corte do palmito e exploração de seus frutos).

O que deve ser feito: cada credenciado deverá plantar de 2 a 3 hectares de palmeiras juçara em seu imóvel, sendo que cada hectare deverá ter até 600 palmeiras. Além disso há outras atividades obrigatórias como: criação de abelhas nativas (4 colmeias por hectare), supressão de palmeiras de açais (que procriam com a juçara e criam indivíduos híbridos) e doação de sementes. Há ainda atividades eletivas que deverão ser escolhidas 2 por ano: educação ambiental de escolas, capacitação de outros agricultores sobre a juçara, criação de pequenos viveiros, turismo ecológico em que aborda a juçara e outras atividades de baixo custo, mas alto impacto ambiental.

Acompanhamento: as plantações serão avaliadas pela Fundação Florestal; deverá ter 600 palmeiras por hectare - caso tenha menos quantidade, o valor do PSA será menor no período seguinte.

14.5. Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Lixo no Mar

As Áreas de Proteção Ambiental - APAs Marinhas protegem 50% do mar territorial paulista. Dentre os desafios enfrentados para a conservação das APAs Marinhas está a presença de resíduos no ambiente marinho, cujos impactos sobre o ecossistema, fauna e sobre as atividades pesqueiras já são amplamente divulgados. Por meio do projeto, pretende-se motivar os pescadores a trazer o lixo para o continente para destiná-lo corretamente e remunerá-los por este serviço.

O Projeto Mar Sem Lixo, lançado em junho/2022, alicerçado na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei Federal 14.119, de 13/01/2021), e no Decreto Estadual 55.947, de 24/06/2010, que regulamenta a Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual 13.798, de 09/11/2009), foi estruturado em quatro componentes:

- (1) Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, que reconhece e remunera os pescadores artesanais de arrasto de camarão pelos resíduos capturados acidentalmente durante a atividade pesqueira;
- (2) Educação Ambiental e Comunicação – ações educativas e preventivas;
- (3) Monitoramento, avaliação e pesquisa e
- (4) Parcerias para sustentabilidade e ampliação do projeto.

De janeiro a março de 2022 foram cumpridas as etapas de consulta pública, licitações, contratações, cadastramento de pescadores artesanais de camarão e implantação dos Pontos de Recebimento de Resíduos retirados do Mar (PRRMs) nas cidades de Cananéia (APA Marinha Litoral Sul), Itanhaém (APA Marinha Litoral Centro) e Ubatuba (APA Marinha Litoral Norte) – cidades contempladas na Fase 1 do Projeto.

A partir da abertura da pesca do camarão (final do período do Defeso), em 1º de junho, deu-se início à operação do projeto, com entregas rotineiras de lixo retirado do fundo do mar pelos pescadores.

De junho a dezembro de 2022, 65 pescadores se cadastraram (gradualmente), entregando 1,7 toneladas de lixo, o que correspondeu ao pagamento de um total de R\$ 17.650,00 em PSA, na forma de créditos em cartão alimentação. O Componente 1 (PSA) foi auditado mensalmente e ajustes técnicos e operacionais foram realizados, objetivando padronização, aperfeiçoamento de protocolos e métricas com vistas à expansão do projeto, a partir de 2023.

Relatórios mensais de auditoria atestam a confiabilidade dos dados, após análise minuciosa dos números, recorrendo frequentemente às fotos e vídeos das câmeras de segurança instalados nos pontos. A gravimetria (triagem de lixo) realizada em amostras mensalmente apresentam resultados inéditos sobre o lixo acumulado no fundo marinho, alguns destaques:

- Em quantidade (número de itens) - 94% são plástico;
- Em massa (peso de lixo) - o plástico corresponde a 70%;
- Há identificação de marcas presentes nas embalagens e materiais;
- Há quantidade significativa de petrechos de pesca (redes, cabos) - especial impacto à fauna pela pesca fantasma.

Destacam-se ainda as inúmeras ações de educação, engajamento e comunicação ocorridas no período: mutirões de limpeza de manguezais e praias; capacitação de monitores, professores da rede pública e execução do projeto Onda Sustentável (sobre lixo no mar e consumo consciente) nas escolas públicas de municípios contemplados pelo projeto; recebimento de grupos nos PRRMs, contemplando um público de mais de mil pessoas atendidas diretamente pelo Projeto.

Com relação ao componente 4, o projeto tem parcerias bem estabelecidas com os municípios contemplados pelo Projeto, com os pescadores artesanais de camarão e com as cooperativas de catadores, todos participantes da operação. Além destas, ONGs locais e regionais são parceiros de ações de educação e engajamento, além de empresa privada que vem retirando os petrechos de pesca dos PRRMs e destinando-os para a fabricação de móveis.

O Mar sem Lixo também alcançou grande público, levando a pauta do lixo no mar para diversas regiões do estado e do Brasil, por meio de, ao menos, 176 aparições na mídia, com destaque para reportagens na TV Globo, TV cultura, TV Record, SBT, Valor Econômico. O Projeto foi divulgado e procurado por cidades do estado de SP, estado do Amazonas e Bahia (o que traz perspectivas de ampliação do projeto, parcerias e maior engajamento).

14.6. Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Guardiões das Florestas

O PSA Guardiões das Florestas tem o objetivo de remunerar povos originários que contribuem com a preservação das Unidades de Conservação sobrepostas no todo ou em parte por terras/ocupações indígenas.

A primeira etapa terá duração de um ano e contará com a participação de aldeias indicadas por lideranças de comunidades indígenas, que juntas somam mais de três mil beneficiários.

Os agentes indígenas realizam atividades que contribuem para a conservação ambiental a partir de seus conhecimentos tradicionais e esse mecanismo permitirá tanto valorizar a aplicação desses saberes em favor das Áreas Protegidas, dar mais eficiência e economicidade à gestão pública e, de fato, buscar o reconhecimento aos reais valores etnoculturais sociais e ambientais.

O PSA será dividido em quatro eixos de atuação:

- Monitoramento territorial, ambiental e da biodiversidade;
- Restauração florestal e manejo da biodiversidade;
- Qualificação intercultural; e
- Turismo socioambiental.

Cada terra indígena poderá apresentar um plano de trabalho por vez, que deve conter os detalhes das atividades que serão realizadas, identificadas dentre as quatro temáticas, abrangência territorial das atividades, cronograma preliminar de realização das atividades, indicadores para monitoramento da prestação dos serviços e da efetividade do programa, além dos valores dos serviços, que serão estipulados pela comunidade de acordo com os fatores já citados.

O pagamento ocorrerá por meio de diárias, com valores entre R\$ 150 e R\$ 250 e limite de oito a 10 diárias por pessoa física por mês, para a melhor execução dos serviços, aliado à rotatividade dentro da comunidade indígena, ou pelo valor total de todos os serviços prestados, quando percebida pela associação indígena representativa da comunidade.

Está sendo formado um Comitê Gestor que será responsável pela gestão do PSA Guardiões da Floresta, composto por representantes de cada uma das regiões do estado onde há terras indígenas sobrepostas a Unidades de Conservação ou suas zonas de amortecimento, da Funai, da Fundação Florestal e da Secretaria da Justiça e Cidadania de São Paulo.

Principais atividades que ocorreram em 2022:

- Elaboração do projeto/edital em conjunto com Comitê Interaldeias e lideranças indígenas;
- Oitiva de consulta prévia às comunidades indígenas, para apresentação, revisão e validação do edital, ocorrida em 18 de abril de 2022 na Terra Indígena Aldeia Ywyty Guaçu Renascer, em Ubatuba;
- Instituição do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais prestados pelos povos originários - PSA GUARDIÕES DAS FLORESTAS - Portaria Normativa FF/DE nº 356 de 30/08/22;
- Instituição do Comitê Gestor do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais prestados pelos povos originários - PSA GUARDIÕES DAS FLORESTAS – Portaria Normativa FF/DE nº 358 de 26/09/2022;
- Publicação de edital de chamamento para credenciamento das Terras Indígenas interessadas, na abrangência de seis Unidades de Conservação - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2022 de 12/09/22, com prazo de entrega de documentação até setembro/22 (todas entregaram)
- Entrega dos Planos de Trabalho em 19/12/2022 (encontram-se em análise / ajustes).

Aldeias envolvidas:

- TI Ywyty Guaçu Renascer - em conjunto com PE Serra do Mar, Núcleo Picinguaba;
- TI Tenondé Porã, TI Rio Branco e TI Guarani do Aguapeú - em conjunto com PE Serra do Mar, Núcleos Curucutu e Itutinga-Pilões;
- TI Djaikoaty - em conjunto com PE Serra do Mar, Núcleo Itariri;
- TI Jaraguá - em conjunto com o PE Jaraguá;
- TI Peguaoty - em conjunto com PE Carlos Botelho e PE Intervales; e
- TI Paranapuã - em conjunto com PE Xixová-Japuí.

15. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Visa à divulgação da imagem institucional da Fundação Florestal com o objetivo de manter a marca em permanente evidência junto ao grande público. Trata-se de um trabalho permanente e constante, realizado por meio de ações e *artworks* de diferentes formatos para diferentes meios de divulgação. Adicionalmente, a programação de eventos institucionais ou aqueles realizados pelas Unidades de Conservação e voltados a grupos de interesse específico de cada cidade ou região recebem o apoio da assessoria para garantir seu sucesso.

Ao longo do ano, são realizados diversos encontros temáticos, visitas guiadas, cursos de educação ambiental, inaugurações, manejo de florestas e de espécies invasoras e posse de conselhos, dentre outras iniciativas, que reforçam a ligação afetiva entre a Unidade de Conservação e a comunidade local.

O trabalho se dá por meio da criação e produção de peças de divulgação como convites, programas, cartazes, banners, certificados e informes digitais ou impressos em atendimento às demandas de gestores, gerentes e diretores regionais.

Em 2022, duas peças de divulgação se destacaram: a terceira edição do Mapa de UC do Estado de São Paulo versão 2022, que já se tornou a principal peça de trabalho da instituição, e o Relatório de Gestão, um documento robusto com 150 páginas ilustradas com fotos, gráficos e ilustrações, e distribuído por meio digital (hospedado no site da Fundação Florestal) bem como documento impresso, em formato de livro, que traz de forma clara e concisa todas as ações, projetos e programas em execução pela instituição.

Em maio e junho, a Semana do Meio Ambiente, comemoração máxima da comunidade ambiental, foi realizada com repercussão positiva do público, e com a devida divulgação por meio do canal de Youtube da Fundação Florestal. Sob o tema adotado em todo o mundo “Uma só Terra”, foram três dias, com convidados e especialistas em que a audiência teve a oportunidade de conhecer mais sobre o Programa Juçara, o Programa de Monitoramento de Mamíferos de Médio e Grande Porte e o PSA Mar sem Lixo.

A partir de primeiro de julho, a legislação eleitoral impôs uma série de restrições às ações de comunicação, com o veto à exibição das logomarcas da atual gestão bem como de marcas de instituições ligadas à administração estadual. A legislação restringe também a realização de atividades para público externo, o que fez reduzir dramaticamente o calendário de eventos comemorativos, como foi o caso do aniversário de 45 anos de criação do Parque Estadual Serra do Mar.

Ainda em julho, a Fundação Florestal marcou presença na Conferência da ONU para os Oceanos, realizado em Portugal. Esta foi uma oportunidade de divulgar para a comunidade internacional os programas em execução e em planejamento para a proteção das águas marinhas e das formas de vida no litoral paulista. Para o evento foram atualizados os mapas de UC, além da impressão de dois modelos de folder e marca-páginas com informações a respeito do tema em inglês e português.

Simultaneamente, a comunicação institucional trabalhou com empresas fornecedoras de placas de sinalização para Unidades de Conservação para a execução da demanda permanente de UCs, confeccionadas e instaladas de acordo com o Manual de Padronização Visual e Gráfico da Fundação Florestal.

Por fim, foram criadas e produzidas algumas publicações (impressas ou digitais) que reforçam as iniciativas de educação ambiental e de divulgação para comunidade: Trilha de Aprendizagem sobre incêndios florestais (convênio FF e Instituto Ipê), folders sobre os perigos dos javaporcos (para a APA São Francisco Xavier, PE Vassununga e EE Jataí), folders para APA Serra do Mar e ARIE Pedra Branca, coleção de cartilhas sobre Educação Ambiental (iniciativa da EE Bananal), cartilhas da série “Um Mangue em Meu Quintal” (iniciativa da APAM Litoral Centro) além do Caderno de Turismo da APA Botucatu.

15.1. Assessoria de Imprensa

No último ano, a Fundação Florestal dedicou esforços para estar ainda mais presente nos veículos de Comunicação, ampliando a *awareness* da Instituição, como forma de aproximar o público final das Unidades de Conservação e dos programas geridos pela FF.

De setembro de 2021 a novembro de 2022, foram mais de 2.000 reportagens em veículos de comunicação estaduais e nacionais, com uma proporção de mais de 100 matérias por mês. Dentre os macrotemas que se destacaram na imprensa está o lançamento do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Mar Sem Lixo, que teve menções no Jornal Nacional, TV Cultura e Agência Brasil, a reabertura do Parque Estadual do Vassununga, com reportagem no jornal Estadão, TV Globo e UOL, a devolução da Ilha das Cabras, em Ilhabela, para o patrimônio público, com destaque no Fantástico, e o Programa de Monitoramento da Biodiversidade, que participou de uma reportagem do Jornal Nacional.

Para chegar a esses resultados, foram divulgados mais de 30 “*press releases*” institucionais, além de envio de sugestões de pauta e atendimento às demandas dos veículos de comunicação.

15.2. Site

A editoria de notícias do site da Fundação Florestal é um importante canal de comunicação da instituição com o público interno e externo. Por meio dele, são documentadas diversas iniciativas das Unidades de Conservação, aproximando o público geral da gestão das áreas protegidas. Tendo ciência da importância desse meio de comunicação, foram investidos esforços no último ano para ampliar a publicação de matérias.

Com isso, a produção e publicação de notícias teve um aumento de 110% de setembro de 2021 ao mesmo mês de 2022, se comparado com os doze meses anteriores, em um total de 160 matérias. Dentre os temas trabalhados estão a aprovação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, início do megaprojeto de revitalização de trilhas, visita do embaixador e do cônsul-geral honorário da Finlândia à Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (Feena), a descoberta de duas novas espécies de rãs-gigantes-de-corredeira e a parceria firmada entre aldeia T.I. Renascer Ywyty Guaçu e Fundação Florestal para o monitoramento da biodiversidade no Litoral Norte.

Essas reportagens foram publicadas com o apoio e informações dos gestores e diretores das Unidades de Conservação, que compartilham frequentemente as iniciativas, descobertas e eventos realizados ao longo de todo o estado.

15.3. Redes Sociais

Em 2022, o *Instagram* da Fundação Florestal compartilhou mais de 80 postagens, incluindo curiosidades sobre as Unidades de Conservação, sugestões de atrativos para se realizar nos finais de semana e feriados, além de registros curiosos de animais encontrados nas UCs. Essas iniciativas fizeram com que o Instagram chegasse a 18.400 seguidores, alcançando usuários de diversos locais do estado de São Paulo.

O *Facebook* é usado prioritariamente como canal de notícias da instituição, onde são compartilhadas notícias previamente postadas no site da Instituição e comunicados sobre funcionamento e eventos das UCs. Com cerca de 6.800 curtidas, a rede alcançou, em um ano, mais de 65 mil pessoas e recebeu quase três mil visitas.

Seguindo a nova dinâmica de eventos e reuniões virtuais trazida com a necessidade de distanciamento social imposto pela Covid-19, os eventos online continuaram com força durante os últimos doze meses. Com isso, o canal do YouTube da Fundação realizou mais de 35 *lives* com gestores, diretores especialistas ambientais de empresas parceiras com temáticas como monitoramento da biodiversidade, restauração ecológica, capacitação de produtores sobre a semente da palmeira-juçara e lançamentos de livros.

16. PRODUÇÃO FLORESTAL

A gestão das Unidades de Conservação é viabilizada, em parte, pela receita gerada nas 32 unidades de produção, somam uma área de 34.163 hectares. A definição de uso desses espaços foi apresentada no Decreto 51.453/2006, que criou o SIEFLOR, como “importante *locus* de pesquisa genética, manejo florestal e de recursos econômicos, representando, fundamentalmente, a sustentabilidade do Sistema Estadual de Florestas”. As espécies cultivadas nas áreas de produção são o *Pinus* (*Pinus elliotti*) e o *Eucalipto* (*Corymbia citriodora*), ambos visando a venda da madeira. Já a resina, também vendida pela Fundação Florestal, é extraída do *Pinus*.

16.1. Inventário Florestal

Em 2022, foram contratados os serviços de inventário florestal na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (Feena) com a finalidade de quantificar o volume de madeira e caracterizar a regeneração natural do sub-bosque de espécies do gênero *Eucalyptus ssp.* Iniciado em 18 de julho de 2022, o inventário florestal encontra-se em andamento e trará informações necessárias para a tomada de decisão quanto à potencialidade de comercialização desses ativos florestais, possibilitando que as ações de manejo florestal e planejamento de exploração sustentável sejam ainda mais assertivas.

16.2. Manejo e replantio nas áreas de produção

Em 2022, houve acompanhamento dos plantios de *Pinus*, realizados em 2019 e 2021, em uma área total de 579,58 hectares, na Estação Experimental de Itapetininga. Também foi contratado o plantio de *Pinus* na Floresta Estadual de Batatais, em uma área de 100,81 hectares.

Importante destacar que tanto nos contratos de venda (corte), quanto nos de plantio, as empresas contratam mão de obra local, o que garante geração de renda para a população do entorno das áreas.

17. SUPORTE ADMINISTRATIVO

17.1. Tecnologia da Informação e Comunicação

Atualização do Parque Tecnológico:

- 45 notebooks: utilizados nas atividades externas de educação e interação sócio ambiental nas escolas e comunidades do entorno, reuniões de conselho, nas estratégias, em tempo real, de fiscalização e monitoramento e nas ações de manejo da fauna e flora com a coleta de dados em campo;
- 02 Servidores de rede e 01 Servidor para backup: que permitam o desenvolvimento e gestão das atividades através de rede estruturada em alta velocidade, serviços de

autenticação e partilha de arquivos, com melhorias nas atividades diárias com a finalidade de gestão dos programas administrativos;

- 261 equipamentos para melhorias nas conexões nas redes de internet: switch, roteador e amplificador de sinal.

Melhoria na Comunicação:

- a. Atualização e integração dos acessos remotos à rede da Fundação para teletrabalho, através de VPN, agilizando e permitindo maior eficácia com menor custo de serviços;
- b. Instalação de novos pontos de internet e aumento de velocidade em pontos já instalados, incluindo algumas com fibra ótica, melhorando e agilizando as atividades rotineiras nas áreas do interior, incluindo até as de difícil acesso através da internet via satélite: 83 pontos de internet de até 16mbps e 34 pontos de internet até 16mbps de aumento de velocidade.

17.2. Frota

Organização e otimização da frota existente na Fundação com a frota recebida do Decreto Estadual 65.274, de 26/10/2020, composta por 143 veículos do Instituto Florestal. Hoje a Fundação Florestal conta com uma frota de 380 veículos em atendimento as demandas administrativas, operacionais, fiscalização, operação corta fogo e aos projetos.

Encontram-se em andamento: doação de 44 veículos inservíveis ao Fundo Social de São Paulo e devolução de 53 veículos inservíveis a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

17.3. Protocolo – Projeto Arquivístico

Realizado levantamento e tratamento arquivístico documental de todos documentos arquivados desde 1988, através de triagem, análise, classificação, acondicionamento e higienização dos documentos da Fundação Florestal:

- Separados aproximadamente 500kg de papéis para descarte;
- Realizados editais de eliminação de aproximadamente:
 - 1.338 caixas de arquivo com documentos; e
 - 3.766 processos
- Separados os documentos que seguirão para guarda permanente no Arquivo Público do Estado (aproximadamente 300 caixas);
- Separados os documentos de guarda temporária (aproximadamente de 2.500 caixas).

Terceirização da guarda e armazenamento físico dos arquivos temporários da Fundação, em locais livres de umidade, com tratamento preventivo contra possíveis contaminações

por traças, cupins, entre outros, com a gestão de documentos através de plataforma *web*, com controle de retirada e entrega dos mesmos.

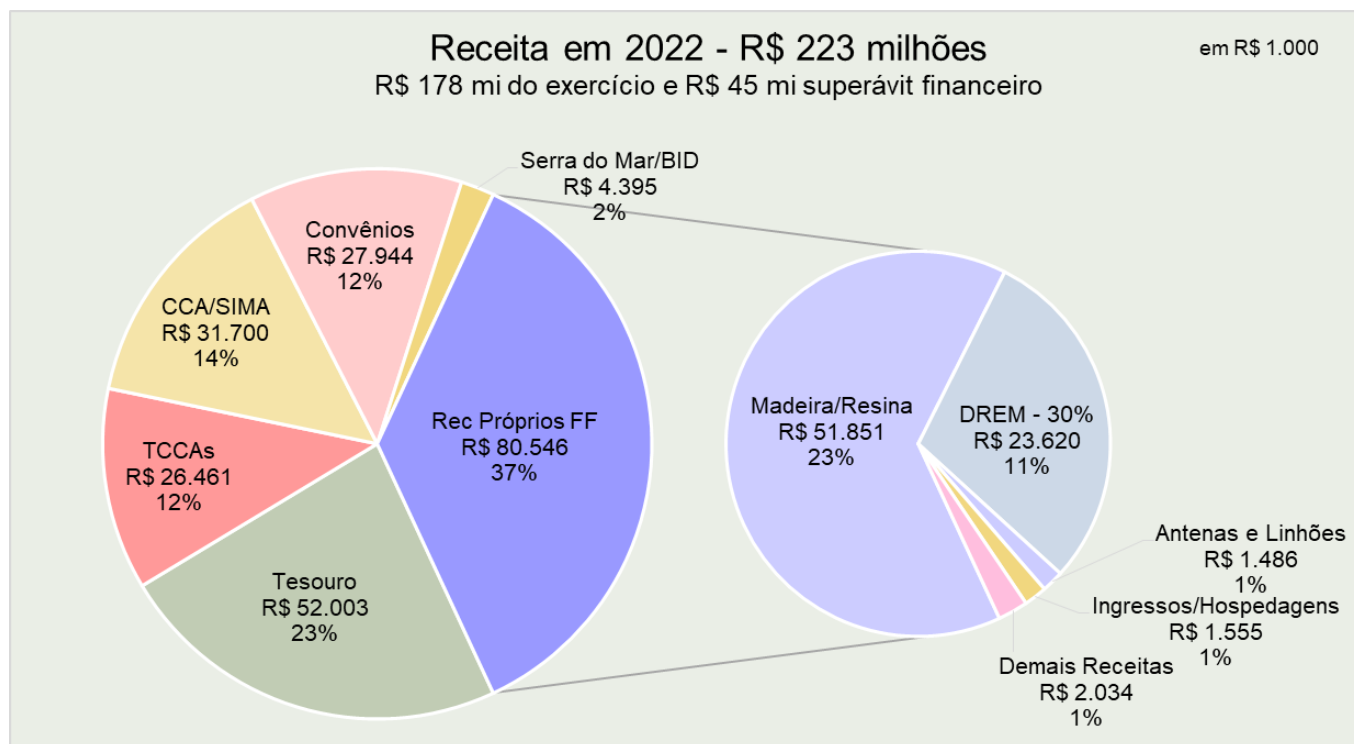
17.4. Suporte a demandas diversas

Aquisição de materiais e equipamentos para as equipes de fiscalização e apoio:

- Uniformes (camiseta, calça e gandola) e materiais de proteção (coturno, camiseta com proteção solar, perneira, mangote, luvas de segurança, avental de proteção, capacete, botina com bico de aço, capa de chuva, lanterna, trena, binóculo, GPS);
- Madeiras e demais materiais para sinalização e demarcação de trilhas, atrativos e ciclorroteiros;
- Cones de sinalização para redução de velocidade próximas as cabines de acesso às unidades;
- 40 quadriciclos: facilitam a execução de ações de conservação, manutenção, proteção e fiscalização das áreas;
- Para as áreas marinhas: lanternas para mergulho, equipamento para mergulho, mantas metalizadas, fitas de isolamento de área, cordas flutuantes, cordas náuticas para demarcação de áreas de banho.

18. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

18.1. Receitas



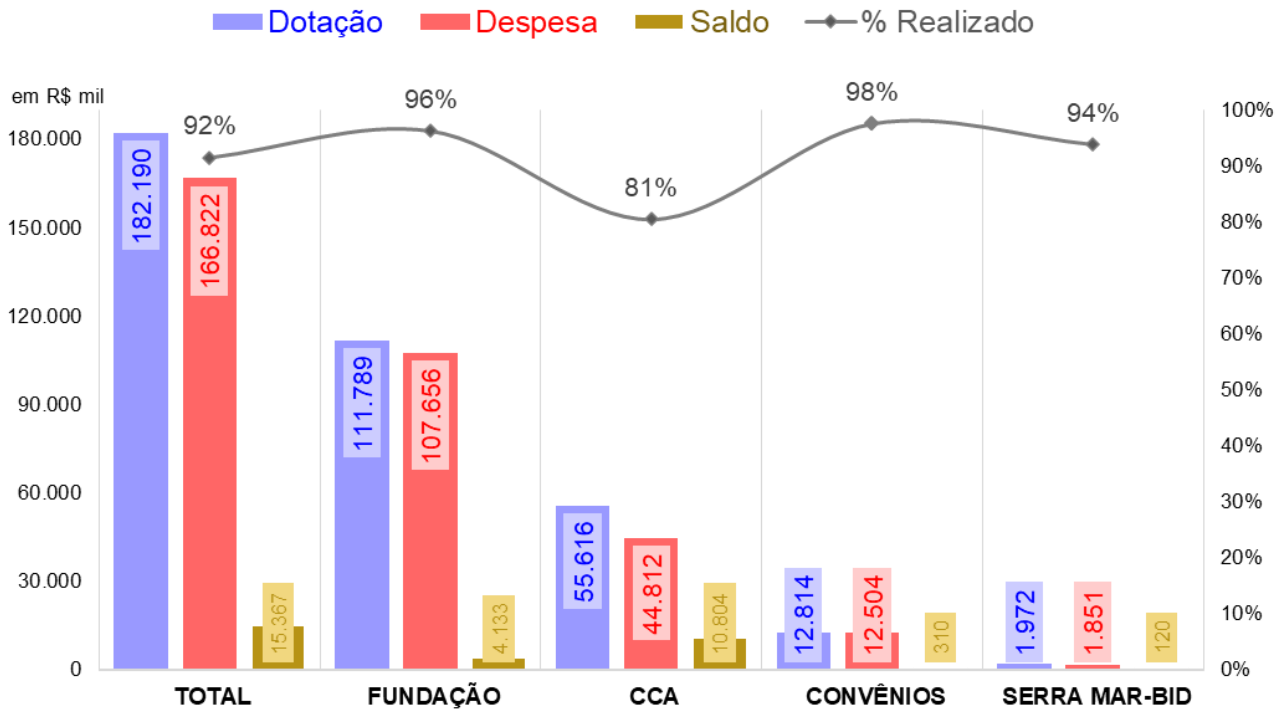
O gráfico demonstra a disponibilidade financeira da Fundação Florestal em 2022, no total de R\$ 223 milhões, sendo: R\$ 45 milhões de superávits financeiros de exercícios anteriores - oriundos de compensações ambientais e R\$ 178 milhões da arrecadação no exercício, distribuídos em:

- a) R\$ 80,6 milhões de receita própria bruta, provenientes da gestão das unidades de conservação e de produção, gerada por meio da comercialização de produtos e subprodutos florestais – madeira e resina, da cessão de espaço para locação de antenas e linhões, da venda de ingressos e hospedagens nos Parques Estaduais e demais receitas, majoritariamente, relativas a rendimentos de aplicações financeiras. Importante destacar que 30% dessa receita (R\$ 23,6 milhões) é transferida à SPPREV, por força da Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios (DREM), em cumprimento a Emenda Constitucional nº 93/2016;
- b) R\$ 52 milhões de subvenção do Tesouro do Estado, sendo: R\$ 37,6 milhões para despesas com pessoal e encargos e R\$ 14,4 milhões para despesas de custeio; e
- c) R\$ 26,5 milhões de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCAs, firmados com Dersa, Ecovias e Transpetro, compreendendo: R\$ 3 milhões do exercício e R\$ 23,5 milhões de superávit financeiro;
- d) R\$ 31,7 milhões decorrentes da captação de recursos financeiros na Câmara Compensação Ambiental (CCA), através da aprovação de planos de trabalho destinados à manutenção, revitalização e proteção das unidades de conservação, distribuídos em R\$ 26,8 milhões do exercício e R\$ 4,9 milhões de superávit financeiro;
- e) R\$ 27,9 milhões de Convênios e/ou Instrumentos firmados com as empresas: Petrobras, Transpetro, NTS, CESP, Tijoá, entre outras, com vistas a manutenção das condicionantes ambientais previstas em licenciamentos, sendo: R\$ 14,9 milhões do exercício e R\$ 13 milhões de superávit financeiro; e
- f) R\$ 4,4 milhões de superávit financeiro remanescente do Programa “Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica”, a ser aplicado das unidades de conservação do Programa.

18.2. Despesa – Execução Orçamentária e Financeira

A seguir, apresentamos o desempenho de 92% da execução orçamentária da Fundação Florestal no exercício de 2022, compreendendo as despesas executadas frente às dotações disponíveis.

Execução Orçamentária



Destacamos a execução por tópicos:

- **TOTAL:** a despesa executada de R\$ 166,8 milhões, diante da dotação/disponibilidade de recursos de R\$ 182,2 milhões, demonstra a efetividade de 92% de execução orçamentária;
- **FUNDAÇÃO:** se refere às despesas com as atividades de gestão das unidades de conservação, de produção e demais áreas, envolvendo os grupos de despesas de pessoal, custeio e investimentos da Fundação Florestal, sendo que as melhorias nos fluxos de trabalho proporcionaram a execução de R\$ 107,7 milhões, equivalente a 96% da dotação disponível;
- **CCA - Câmara Compensação Ambiental:** a execução dos planos de trabalho aprovados no total de R\$ 44,8 milhões, representa 81% da dotação disponível;
- **CONVÊNIOS com Petrobras, Transpetro, NTS; TCCA com CESP e outros instrumentos de compensações ambientais:** realizamos as despesas decorrentes desses instrumentos no total de R\$ 12,5 milhões – equivalente 98% da dotação disponível; e,
- **SERRA MAR-BID:** priorizamos as despesas de custeio que se mostraram essenciais para a manutenção das unidades beneficiadas com o Programa Serra do Mar, no total de R\$ 1,9 milhões – equivalente a 94% da dotação disponível.

Na sequência, demonstramos o detalhamento das despesas executadas no exercício de 2022, envolvendo o total de R\$ 166,8 milhões, por categoria e grupo de despesas, no âmbito da gestão das unidades de conservação e de produção administradas pela Fundação Florestal, bem como dos diversos projetos em desenvolvimento.

DESPESAS	R\$	FF	CCA	CONVÊNIOS	SERRA MAR
TOTAL	166.822.388	107.656.033	44.811.528	12.503.772	1.851.055
PESSOAL	40.869.050	40.869.050	-	-	-
Pessoal	40.869.050	40.869.050	-	-	-
CUSTEIO	118.293.319	60.432.619	43.659.873	12.349.772	1.851.055
Vigilância	34.616.708	5.237.847	19.354.665	10.024.195	-
Serviços Terceiros	14.345.532	11.571.642	1.880.263	883.163	10.463
Portaria	12.023.799	2.726.633	9.113.012	184.153	-
Monitoria	10.041.188	7.854.134	-	1.072.973	1.114.081
Manut Predial	9.921.960	1.205.554	8.716.406	-	-
Benefícios	7.713.942	7.713.942	-	-	-
Bombeiro Civil	6.448.352	2.177.977	4.270.375	-	-
Indenizações/Restituições	5.152.566	5.139.792	12.774	-	-
Limpeza	4.518.241	4.445.704	-	72.536	-
Manut Veículos/Equip	4.086.686	3.605.276	34.990	468	445.952
Utilidade Pública	2.573.740	2.573.740	-	-	-
Combustíveis	2.573.245	2.292.687	-	-	280.558
Material Consumo	1.533.041	1.255.654	277.387	-	-
Transportes	1.151.906	1.151.906	-	-	-
Manut Áreas Verdes	1.134.236	1.021.953	-	112.283	-
Diárias	300.601	300.601	-	-	-
Gêneros Alimentícios	133.850	133.850	-	-	-
Estagiários	23.726	23.726	-	-	-
INVESTIMENTOS	7.660.019	6.354.364	1.151.655	154.000	-
Obras	1.298.366	1.298.366	-	-	-
Equipamentos	6.361.653	5.055.998	1.151.655	154.000	-

18.3. Licitações

RELATÓRIO GERAL DE LICITAÇÕES - 2022

FUNDAÇÃO FLORESTAL

MODALIDADE	PREVISTO		REALIZADO		VALOR ECONOMIZADO	ECONOMIA %
	QTDE.	VALOR RESERVADO	QTDE.	VALOR CONTRATADO		
PREGÃO PRESENCIAL	0	-	0	-	-	-
PREGÃO ELETRÔNICO	157	87.465.101,01	113	59.264.584,11	28.200.516,90	32,24%
DISPENSA BEC	12	80.470,56	12	51.475,53	28.995,03	36,03%
DISPENSA DE LICITAÇÃO	64	6.219.035,93	61	6.219.035,93	-	-
CONCORRÊNCIA*	0	-	0	-	-	-
CONVITE PRESENCIAL	0	-	0	-	-	-
CONVITE ELETRÔNICO	15	402.629,63	13	193.728,78	208.900,85	51,88%
ATA DE REGISTRO DE PREÇO FF	1	1.953.334,00	1	1.840.000,00	113.334,00	5,80%
ATA DE REG.PREÇO (PARTICIPANTE)	10	381.008,98	9	381.008,98	-	-
CHAMAMENTO PUBLICO	6	4.312.988,00	6	3.480.975,00	-	-
TOMADA DE PREÇO	4	4.543.359,95	2	4.042.017,02	501.342,93	11,03%
Jun/22	269	105.357.928,06	217	75.472.825,35	29.053.089,71	27,58%

UEP MEIO AMBIENTE

MODALIDADE	PREVISTO		REALIZADO		VALOR ECONOMIZADO	ECONOMIA %
	QTDE.	VALOR RESERVADO	QTDE.	VALOR CONTRATADO		
PREGÃO ELETRÔNICO	0	-	0	-	-	-
DISPENSA BEC	0	-	0	-	-	-
CONVITE ELETRÔNICO	0	-	0	-	-	-
ATA DE REGISTRO DE PREÇO BID	0	-	0	-	-	-
TOMADA DE PREÇO	0	-	0	-	-	-
CONTRATAÇÃO DIRETA	0	-	0	-	-	-
SBQC / SBQ / SQC	0	-	0	-	-	-
LPN	0	-	0	-	-	-
LPI	0	-	0	-	-	-
SUB-TOTAL UEP	0	-	0	-	-	-

FUNDAÇÃO FLORESTAL E UEP MEIO AMBIENTE

MODALIDADE	PREVISTO		REALIZADO		VALOR ECONOMIZADO	ECONOMIA %
	QTDE.	VALOR RESERVADO	QTDE.	VALOR CONTRATADO		
PREGÃO PRESENCIAL	0	-	0	-	-	-
PREGÃO ELETRÔNICO	157	87.465.101,01	113	59.264.584,11	28.200.516,90	32,24%
DISPENSA BEC	12	80.470,56	12	51.475,53	28.995,03	36,03%
DISPENSA DE LICITAÇÃO	64	6.219.035,93	61	6.219.035,93	-	-
CONCORRÊNCIA*	0	-	0	-	-	-
CONVITE PRESENCIAL	0	-	0	-	-	-
CONVITE ELETRÔNICO	15	402.629,63	13	193.728,78	208.900,85	51,88%
ATA DE REGISTRO DE PREÇO FF	1	1.953.334,00	1	1.840.000,00	113.334,00	5,80%
ATA DE REG.PREÇO (PARTICIPANTE)	10	381.008,98	9	381.008,98	-	-
TOMADA DE PREÇO	4	4.543.359,95	2	4.042.017,02	501.342,93	11,03%
CHAMAMENTO PUBLICO	6	4.312.988,00	6	3.480.975,00	-	-
CONTRATAÇÃO DIRETA	0	-	0	-	-	-
SBQC / SBQ / SQC	0	-	0	-	-	-
LPN	0	-	0	-	-	-
LPI	0	-	0	-	-	-
TOTAL FF + UEP	269	105.357.928,06	217	75.472.825,35	29.053.089,71	

*Para Concorrência nesta planilha só consideramos valores relativos a DESPESA.

RECEITAS - FUNDAÇÃO FLORESTAL**

MODALIDADE	QTDE.	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO	VALOR DOS LOTES NEGOCIADOS	VALOR REALIZADO	LUCRO	LUCRO (%)
CONCORRÊNCIA/LEILÃO	4	VENDA DE RESINA	R\$ 69.639.583,21	R\$ 68.607.910,03	R\$ 82.951.081,35	R\$ 14.343.171,32	20,91%
	9	VENDA DE MADEIRA	R\$ 13.864.351,97	R\$ 12.172.197,38	R\$ 12.806.002,53	R\$ 633.805,15	5,21%
	0	PERMISSÃO DE USO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
TOTAL			R\$ 83.503.935,18	R\$ 80.780.107,41	R\$ 95.757.083,88	R\$ 14.976.976,47	26,11%

**Para Concorrência nesta planilha só consideramos valores relativos a RECEITAS.

ANEXO 01

Unidades de Conservação e Áreas de Pesquisa / Produção sob gestão da Fundação Florestal

Unidade de Conservação	Grupo	Categoria
PE Aguapeí	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Águas da Billings	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Águas da Prata	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Assessoria da Reforma Agrária (ARA)	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Campina do Encantado	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Campos do Jordão	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Cantareira	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Carlos Botelho	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Caverna do Diabo	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Furnas do Bom Jesus	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Ilha Anchieta	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Ilha do Cardoso	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Ilhabela	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Intervalos	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Itaberaba	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Itapetinga	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Itinguçu	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Jaraguá	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Juquery	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Jurupará	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Lagamar de Cananéia	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Mananciais de Campos do Jordão	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Marinho da Laje de Santos	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Morro do Diabo	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Nascentes do Paranapanema	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Porto Ferreira	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Prelado	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Restinga de Bertiooga	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Rio do Peixe	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Rio Turvo	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Serra do Mar - PESM	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Turístico do Alto do Ribeira (PETAR)	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Vassununga	Proteção Integral	Parque Estadual
PE Xixová-Japuí	Proteção Integral	Parque Estadual
EE Angatuba	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Assis	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Avaré	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Bananal	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Barreiro Rico	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Caetetus	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Chauás	Proteção Integral	Estação Ecológica

Unidade de Conservação	Grupo	Categoria
EE Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle - Jataí	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Ibicatu	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Itaberá	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Itapeti	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Itapeva	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Itirapina	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Juréia-Itatins	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Marília	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Mata do Jacaré (antiga EE São Carlos)	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Mogi Guaçu	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Paranapanema	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Paulo de Faria	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Ribeirão Preto	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Santa Bárbara	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Santa Maria	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Sebastião Aleixo da Silva (ex. EE Bauru)	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Valinhos	Proteção Integral	Estação Ecológica
EE Xituê	Proteção Integral	Estação Ecológica
Monumento Natural da Pedra Grande	Proteção Integral	Monumento Natural
Monumento Natural da Pedra do Baú	Proteção Integral	Monumento Natural
Monumento Natural Mantiqueira Paulista	Proteção Integral	Monumento Natural
REBio Mogi Guacu	Proteção Integral	Reserva Biológica
REBio Paranapiacaba	Proteção Integral	Reserva Biológica
RVS Aimores	Proteção Integral	Refúgio da Vida Silvestre
RVS Ilhas do Abrigo e Guararitama	Proteção Integral	Refúgio da Vida Silvestre
APA Banhado	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Barreiro Rico	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Cabreúva	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Cajamar	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Cajati	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Campos do Jordão	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA da Várzea do Rio Tietê	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Haras São Bernardo	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Ibitinga	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Ilha Comprida	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Itupararanga	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Jundiá	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Marinha do Litoral Centro	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Marinha do Litoral Norte	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Marinha do Litoral Sul	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Mata do Iguatemi	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Morro de São Bento	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Parque e Fazenda do Carmo	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Piracicaba e Juqueri-Mirim (área I e II)	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Planalto do Turvo	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Quilombos do Médio Ribeira	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental

Unidade de Conservação	Grupo	Categoria
APA Represa Bairro da Usina	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Rio Batalha	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Rio Pardinho e Rio Vermelho	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA São Francisco Xavier	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Sapucaí-Mirim	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Serra do Itapeti	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Serra do Mar	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Silveiras	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Sistema Cantareira	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Tanquã-Rio Piracicaba	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
APA Tiête	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
RDS Barra do Uma	Uso Sustentável	Reserva de Desenvol. Sustentável
RDS Barreiro/Anhemas	Uso Sustentável	Reserva de Desenvol. Sustentável
RDS Despraiado	Uso Sustentável	Reserva de Desenvol. Sustentável
RDS Itapanhapima	Uso Sustentável	Reserva de Desenvol. Sustentável
RDS Lavras	Uso Sustentável	Reserva de Desenvol. Sustentável
RDS Pinheirinhos	Uso Sustentável	Reserva de Desenvol. Sustentável
RDS Quilombos de Barra do Turvo	Uso Sustentável	Reserva de Desenvol. Sustentável
FE Assis	Uso Sustentável	Floresta Estadual
FE Edmundo Navarro de Andrade	Uso Sustentável	Floresta Estadual
FE Guarulhos	Uso Sustentável	Floresta Estadual
FE Noroeste Paulista	Uso Sustentável	Floresta Estadual
FE Pederneiras	Uso Sustentável	Floresta Estadual
FE Serra D'Água	Uso Sustentável	Floresta Estadual
ARIE GUARÁ	Uso Sustentável	Área Relevante Interesse Ecológico
ARIE Leopoldo Magno Coutinho	Uso Sustentável	Área Relevante Interesse Ecológico
ARIE Pedra Branca	Uso Sustentável	Área Relevante Interesse Ecológico
ARIE São Sebastião	Uso Sustentável	Área Relevante Interesse Ecológico
ARIE Zona Silvestre da Ilha Comprida	Uso Sustentável	Área Relevante Interesse Ecológico
RESEX Ilha do Tumba	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
RESEX Taquari	Uso Sustentável	Reserva Extrativista

Áreas de Pesquisa e/ou Produção	Categoria
EEx Araraquara	Estação Experimental
EEx Bauru	Estação Experimental
EEx Bento Quirino	Estação Experimental
EEx Buri	Estação Experimental
EEx Casa Branca	Estação Experimental
EEx Itapetininga	Estação Experimental
EEx Itapeva	Estação Experimental
EEx Itararé	Estação Experimental
EEx Itirapina	Estação Experimental
EEx Jaú	Estação Experimental
EEx Luis Antônio	Estação Experimental
EEx Mogi Guaçu	Estação Experimental
EEx Mogi Mirim	Estação Experimental

Áreas de Pesquisa e/ou Produção	Categoria
EEx Paraguaçu Paulista	Estação Experimental
EEx Santa Rita do Passa Quatro	Estação Experimental
EEx São José do Rio Preto	Estação Experimental
EEx São Simão	Estação Experimental
EEx Tupi	Estação Experimental
Floresta Águas de Santa Bárbara	Floresta
Floresta Angatuba	Floresta
Floresta Avaré I (Horto Florestal Andrade e Silva)	Floresta
Floresta Avaré II	Floresta
Floresta Batatais	Floresta
Floresta Bebedouro	Floresta
Floresta Botucatu	Floresta
Floresta Cajuru	Floresta
Floresta Manduri	Floresta
Floresta Paranapanema	Floresta
Floresta Piraju	Floresta
Viveiro Florestal de Pindamonhangaba	Viveiro Florestal
Viveiro Florestal de Taubaté	Viveiro Florestal
Horto Florestal de Sussui	Horto Florestal